



número 118 - Maio 2007

## NOSSA OPINIÃO

- Palavras e atos na proteção das florestas

## COMUNIDADES E FLORESTAS

- Costa Rica: uma proposta ecologista de restauração da floresta
- Equador: consolidação da resistência contra a mineração em Intag
- Laos: "ajuda" norueguesa e chinesa colabora com represa no Rio Xeset
- Políticas de "Desmatamento Evitado" e os povos indígenas e as comunidades locais: precisa-se debate urgente sobre os potenciais impactos sociais
- República Democrática do Congo: Pigmeus Efe despojados de sua terra e seus meios de vida
- Uganda: luta pela floresta de Mabira com final feliz

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: Por que as mulheres Sem Terra se opõem aos monocultivos de eucalipto
- Encontro Internacional contra as monoculturas de eucaliptos
- EUA: grupos ambientalistas questionam árvores GM da ArborGen
- Uruguai: Iniciativa Nacional para a Suspensão de Plantações de Monoculturas de Árvores
- Tailândia: a ameaçadora catástrofe das plantações de dendê para biodiesel
- Nova seção de vídeos do WRM sobre plantações e fábricas de celulose

## INVESTIMENTOS DO NORTE NO SUL

- A indústria sueca das plantações e da celulose planeja trasladar-se ao Sul
- Uruguai: fábrica de pasta da Botnia – "Por que está sendo usado dinheiro público da UE?"

## COMÉRCIO DE CARBONO

- Programas de comércio de emissões promovidos pelo G8 adiam ação climática genuína e geram grandes lucros para os maiores poluidores

## NOSSA OPINIÃO

### - Palavras e atos na proteção das florestas

Parece que todos concordam na necessidade de proteger as florestas remanescentes do mundo ... enquanto as florestas continuam desaparecendo à mesma taxa alarmante de sempre. Portanto, é importante fazer a distinção entre os que estão realmente comprometidos com a proteção florestal e aqueles cujos atos e palavras vão em direções opostas. Com esse objetivo, a maioria dos artigos incluídos nesta edição do Boletim do WRM servem como bons exemplos.

Consideremos por exemplo o caso do artigo sobre o Equador, onde as comunidades locais estão lutando para evitar que uma companhia mineradora canadense destrua seu meio ambiente, que inclui uma área de floresta primária de

enorme valor biológico localizada na zona de amortecimento de uma das reservas ecológicas mais importantes do país. Homens, mulheres e jovens se têm organizado sob a posição comum e não negociável de "Não à Mineração" que hoje tem o apoio unânime de todos os governos locais na região, além das comunidades que estão dentro dos limites ou adjacentes às concessões mineiras.

No caso do Congo, o povo local Efe tem usado e protegido a floresta de Ituri durante séculos. No início da década de 90, companhias madeireiras comerciais européias e malaias começaram a destruir a floresta, e portanto os meios de vida dos Efe, enquanto o apetite das corporações transnacionais a respeito dos minerais da região –ouro e coltan- têm trazido guerra e maior destruição da floresta.

No Laos, a consultora norueguesa Norconsult ganhou um contrato de USD 1,5 milhões para supervisionar os trabalhos de construção da barragem Xeset 2, financiada pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento. A China também está muito envolvida: o Banco de Exportações e Importações da China está financiando 80 por cento do projeto de USD 135 milhões e a principal empreiteira é a China North Industries Corporation. Um morador local diz: "Não queremos que construam a barragem. Vai afetar negativamente nossa terra e o meio ambiente. ... Mas não ousamos opor-nos aos funcionários governamentais." As agências e consultores do governo –no Laos, na Noruega e na China- sabem que isso é verdade, mas planejam continuar adiante.

Todos sabem que as plantações de dendzeiros são uma das principais causas da destruição das florestas. No entanto, a demanda de biodiesel do norte está impondo a expansão desse cultivo nos trópicos. No caso da Tailândia, o governo planeja aumentar as plantações dos atuais 400.000 hectares para 1,2 milhões de hectares em 2009. Como diz o artigo incluído neste boletim: "Se a expansão das áreas de plantação de dendzeiros for realizada de acordo com o plano do governo, a Tailândia perderia irreversivelmente sua segurança alimentar, suas florestas e sua diversidade biológica. Isso significaria uma catástrofe para o povo tailandês."

Mais outros artigos fornecem mais exemplos sobre duplo discurso. Felizmente, a moeda têm duas faces. A outra face inclui povos locais organizados e organizações de apoio que promovem sua própria agenda social e ambiental.

Por exemplo, no final de abril deste ano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil e a Via Campesina organizaram um Encontro Internacional sobre as Monoculturas de Eucalipto para desenhar estratégias de ações conjuntas contra o avanço das monoculturas de árvores e fábricas de pasta no sul.

Também em abril, organizações de pequenos agricultores, ONG e outras organizações sociais uruguaias dos quatro cantos do país lançaram uma Iniciativa Nacional para a Suspensão de Plantações de Monoculturas de Árvores.

Em Uganda, o governo decidiu finalmente em maio desistir de sua intenção de entregar as Reservas Florestais de Mabira Central para o cultivo comercial da cana-de-açúcar. Essa decisão foi o resultado de fortes protestos –cinco pessoas foram mortas e muitas foram feridas- do povo local contra a destruição das florestas.

Na Costa Rica, várias organizações estão promovendo a restauração florestal familiar com base em experiência documentada levada a cabo no país, em oposição ao modelo de plantação de monoculturas de árvores implementado até hoje.

Em resumo, os governos simplesmente falam de conservação das florestas, enquanto as pessoas adotam ações reais para proteger suas florestas e meio ambiente. A explicação para o primeiro é lucro. Isso ficou claro no artigo sobre a fábrica de pasta finlandesa da Botnia no Uruguai: *Por que está sendo usado dinheiro público a UE?* Como diz o autor, "a resposta à pergunta é simples: o dinheiro público da UE está indo para a Botnia porque beneficia à indústria européia." A explicação das lutas dos povos para proteger suas florestas é igualmente simples e exemplificada no artigo do Congo: "Vocês vão entender por que somos chamados de Povo da Floresta...Quando a floresta morrer, nós vamos morrer também."

---

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - Costa Rica: uma proposta ecologista de restauração da floresta

A Associação Comunidades Ecologistas La Ceiba- Amigos da Terra Costa Rica (COECOCEIBA- AT), integrada por membros provindos de diversos setores sociais (acadêmicos, profissionais, ecologistas e camponeses), considera que está na hora de desenvolver com criatividade novos modelos de recuperação da cobertura florestal, e de abrir espaço a modelos de reflorestamento autóctones que incluam alguns dos princípios básicos que, sigilosamente, vem mostrando o principal ecossistema natural do país: a floresta tropical. Está na hora de abrir espaço à criatividade e às experiências já existentes nas comunidades e de experimentar modelos mais saudáveis em termos ambientais e mais participativos e justos em termos sociais.

Nessa direção, apresentam a experiência da Família Díaz Alvarado e sua antiga plantação de abacaxis na Zona Norte da Costa Rica, uma proposta que combina a regeneração natural enriquecida com a semeadura e /ou manejo de espécies florestais valiosas, oferece oportunidades produtivas que se integram de forma complementar dentro da economia camponesa e é geradora de serviços ambientais de boa qualidade para toda a sociedade costa- riquenha.

Há 22 anos que a família Díaz Alvarado (Dona Eduviges, Seu Félix, suas duas filhas e um filho) chegou a Castelmare de Saíno de Pital, uma pequena comunidade localizada no meio da cálida e úmida planície sancarlense, às margens do rio Tres Amigos, um dos principais tributários do rio San Carlos, zona norte da Costa Rica. A região recebe em média entre 3 e 4 metros de chuva distribuídos regularmente ao longo do ano e apresenta, em linhas gerais, solos de fertilidade média a pobre, argilosos e de cor vermelha.

Na época, a família tinha uma parcela de uns 9 hectares de potreiro arborizado atravessados por um riacho, onde era mantida uma pequena floresta de proteção. Tinham sobrevivido uns enormes amendoeiros (*Dipteryx panamensis*) e outras poucas árvores maiores remanescentes da floresta primária. Durante os primeiros anos, a família se encarregou de ir transformando os potreiros em uma plantação de abacaxis, junto ao desenvolvimento de pequenas árvores de freijó louro (*Cordia alliodora*), de tanimbuca (*Terminalia amazonia*), de pau- jacaré (*Laetia procera*) e outras espécies que brotavam naturalmente.

Enquanto isso, nos arredores, algumas grandes empresas vinham adquirindo parcelas para plantar grandes extensões de monoculturas de árvores. No início, essas empresas semeavam louro e eucalipto, e posteriormente, após categóricos fracassos com as monoculturas dessas duas espécies, continuaram com gmelina (*Gmelina arborea*), terminália (*Terminalia ivorensis*) e acácia (*Acacia mangium*). Não foram poucos os confrontos entre os técnicos da companhia e a família Díaz-Alvarado, algumas vezes porque as empresas queriam despejá-los de sua propriedade, outras porque aterravam os riachos com as derrubadas ou simplesmente porque eles, junto com alguns vizinhos, protestavam e apresentavam denúncias pela destruição da floresta devida às plantações de monoculturas.

Durante os anos seguintes, a comunidade de Castelmare foi diminuindo; a terra concentrada em mãos de poucos e as grandes extensões de monoculturas de árvores não permitiram que a comunidade se desenvolvesse tal como aconteceu com outros assentamentos camponeses de outras áreas da região. A ausência de bons caminhos que possibilitaram o transporte para vender seus productos e a falta de escola para os filhos obrigaram à família a mudar-se a Saíno de Pital, um povoado pequeno mas com alguma melhoria nas condições de vida. Era o ano 1984 e foi então que a família decidiu manter a parcela e iniciar um projeto florestal que demonstrasse aos técnicos que percorriam a área plantando árvores em monocultura, qual o jeito de produzir madeira de forma natural e sem tantos prejuízos, e por sua vez que permitisse à família começar uma "poupança" para o futuro. O projeto florestal se complementava bem com a disponibilidade de mão- de- obra da família e apesar de o deslocamento até a parcela

---

não ser nada fácil --eram uns nove quilômetros de caminho em mau estado e não havia transporte coletivo--, a família se manteve constante em seu projeto.

Nesse momento, iam à parcela duas vezes por semana, mantiveram a plantação de abacaxi e todos juntos foram plantando pequenas árvores que recolhiam das florestas limítrofes ou cuidando as que germinavam naturalmente no local. Como a plantação de abacaxi era mantida, a terra era ciscada ocasionalmente respeitando sempre as pequenas árvores, em especial as espécies comerciais ou de valor tanto por ser de madeira fina ou por contribuir para a vida silvestre.

Além disso, como parte das tarefas de manutenção foi iniciado um programa de podas com o intuito de dar uma boa forma às pequenas árvores madeiráveis. A finais da década de noventa também foi iniciado um programa de enriquecimento com espécies raras ou em perigo de extinção e espécies frutíferas nos clarões que as espécies pioneiras de crescimento rápido e vida curta (p.ex. a sambaíba-da-baía, *Trichospermum* sp) deixavam.-

Atualmente, desde o início da experiência passaram pouco mais de 20 anos e, com a maioria, apresentam-se alguns resultados muito interessantes em termos de proteção da diversidade, apoio à recreação, à auto-estima, à educação e à economia camponesa.

A floresta da família Díaz Alvarado apresenta uma estrutura similar a qualquer floresta secundária de 15-20 anos de idade no trópico úmido da zona norte. Seu dossel atinge uns 25 m de altura e tem uma cobertura total. Nas seções não manejadas a sub-floresta é rica em plantas das famílias Rubiaceae, Piperaceae, Heliconiaceae (helicônia), Zamiaceae, Smilacaceae, etc. Na subfloresta junto com os grupos de plantas antes mencionadas também se desenvolvem uma grande quantidade de pequenas árvores de espécies florestais, alguns filhos de grandes árvores de espécies de madeira fina remanescentes da floresta primária à beira do riacho. Na parte norte, a sub-floresta tem sido manejada para permitir uma combinação de antigas plantas de abacaxi, espécies ornamentais, espécies medicinais e pequenas árvores de crescimento lento.

Do mesmo modo que em outras florestas secundárias da região, a densidade de árvores beira os 500 indivíduos por hectare, mantendo uma composição de espécies semelhante.

De acordo com depoimentos da família Díaz-Alvarado e de alguns vizinhos, o riacho que nasce nessa parcela tem aumentado seu caudal, portanto é possível deduzir que a regulação hídrica das águas subterrâneas tenha melhorado conforme a cobertura da floresta e a sub-floresta na área de proteção foi se consolidando.

Cabe assinalar que o objetivo desta floresta não é produzir madeira da forma mais rápida e através do corte raso, pelo contrário, a floresta restaurada foi proposta como um complemento econômico familiar e a intenção da família é retirar a madeira que for caindo ou as árvores que atingirem sua maturidade através de um plano de manejo que extrairá a cada ano algumas árvores maduras durante a época seca. Desse modo a conservação da floresta será garantida no decurso do tempo.

A experiência -- que não é única, provavelmente existem outras similares em diferentes regiões tropicais -- tem o mérito de ser uma resposta ao modelo de monoculturas florestais que tem destruído florestas, tem concentrado em mãos de poucos grandes extensões de terra, tem secado zonas úmidas e tem sido um dos principais causantes da perda de biodiversidade na zona norte da Costa Rica.

Extraído e adaptado de: "La restauración ecologista del bosque tropical. Una alternativa de reforestación ambientalmente sana y socialmente justa y participativa", COECOCEIBA- Amigos Da Terra, Costa Rica, correio electrónico: [licania@racsa.co.cr](mailto:licania@racsa.co.cr), <http://www.coecoceiba.org>

## - Equador: consolidação da resistência contra a mineração em Intag

Após 12 anos, poderosas mineradoras transnacionais não conseguiram quebrantar a vontade dos camponeses da zona de Intag, Cantão Cotacachi, Província Imbabura, no noroeste do Equador.

Esse pesadelo começou em 1991, quando um japonês, até agora anônimo, começou a percorrer a área de lado a lado no seu carro. Ninguém sabia ao certo o que ele estava fazendo. Por volta de 1995 foi sabido que o que o japonês fazia era “exploração mineira”, quer dizer, que estava à procura de minérios no subsolo.

Com a exploração, o jeito pitoresco do japonês virou incômodo e prejudicial, já que em decorrência das perfurações realizadas e as substâncias poluidoras vazadas nos riachos, os camponeses da área começaram a perceber efeitos prejudiciais na saúde das crianças que tomavam banho nos rios, doenças no gado e outros contratemplos. A população local iniciou um processo de organização, cujo motor foi, inicialmente, a necessidade de obter informação sobre o que estava acontecendo por baixo do pano. Era a época da Bishi Metals, uma multinacional japonesa, cujas atividades ficaram na lembrança como um jogo de crianças se comparadas com o que mais tarde viria a acontecer.

Nesse contexto, nasceu a organização de base Defesa e Conservação Ecológica de Intag (DECOIN), que coordena programas de educação e proteção ambiental; entre eles, um projeto de proteção de bacias hídricas e a conformação da Reserva Comunitária Junín, além de muitas outras iniciativas ambientais e sociais.

Os moradores das comunidades de Cerro Pelado, Junín, El Triunfo, Villaflora, Cuaraví, La Armenia, Cazarpamba e Barcelona, as mais afetadas pelo projeto mineiro, vêm ratificando- desde o início da entrada das transnacionais mineradoras- sua decisão de impedir tal atividade em suas terras. Até agora, as empresas mineradoras não puderam iniciar as atividades propriamente mineiras, porque as concessões estão localizadas dentro da Reserva Comunitária Junín, uma área de florestas primárias de imenso valor biológico situadas na zona de amortecimento da Reserva Ecológica Cotacachi-Cayapas, uma das mais importantes do Equador. Além disso, essas florestas nubladas fazem parte da biorregião Chocó e constituem o hot-spot Andes Tropicais, a área biologicamente mais candente entre os 34 hotspots mais importantes do mundo. Esta reserva é protegida pelas comunidades com muito zelo.

A história da resistência contra a mineração em Intag não pode ser concebida sem outros pilares organizativos, e com o acréscimo de uma série de afortunados acontecimentos, como a eleição do economista Auki Tituaña, um carismático dirigente indígena, como Prefeito de Cotacachi, em 1996. O Prefeito incentivou um processo político participativo genuíno, que possibilitou entre outras muitas coisas a promulgação, por iniciativa dos moradores de Intag, de uma Ordenança Municipal que declara Cotacachi como Cantão Ecológico (texto disponível em: [accionecologica.org/descargas/areas/otros/documentos/ordenanza.doc](http://accionecologica.org/descargas/areas/otros/documentos/ordenanza.doc)). Trata-se de uma normativa única na América Latina e talvez no mundo, que objetiva a proteção dos recursos naturais e portanto, obstaculiza a mineração.

As circunstâncias foram muitas, mas o fato definitivo que interrompeu as atividades da Bishi Metals em Intag foi o controle de seu acampamento por parte dos habitantes das comunidades que seriam afetadas pelo projeto mineiro: os guardas foram expulsos, os pertences da empresa foram retirados e entregues em custódia ao Prefeito, o acampamento mineiro foi desmontado e o que restou foi queimado. Com isso, alguns dos participantes desses acontecimentos foram levados à juízo, ao serem denunciados não pela empresa, que de má vontade aparentemente aceitou a determinação do povo, mas pelo Estado equatoriano, concretamente pelo Ministério das Minas e Energia. Como nunca foi possível demonstrar a culpabilidade dos camponeses por esses acontecimentos, o longo processo judicial foi suspenso definitivamente em 1999.

A esse respeito, cabe apontar que no Equador, a Lei de Mineração em vigor foi financiada pelo Banco Mundial através do Projeto de Desenvolvimento Mineiro e Controle Ambiental (PRODEMINCA), que teve durante sua execução uma série de irregularidades quanto às normas ambientais do Banco Mundial. Diante da denúncia feita na

época pela DECOIN, o próprio Banco realizou uma investigação do projeto.

As áreas de concessão mineira na zona de Intag são denominadas Golden 1, Golden 2 e Magdalena 1. Trata-se de 7.000 hectares de concessões mineiras que, depois da saída da Bishi Metals, foram adquiridas pela mineradora canadense Ascendant. Hoje, as concessões da Ascendant abrangem 22.500 hectares na zona de Intag.

Conforme testemunhos dos moradores, com a entrada dessa mineradora à zona de Intag começa o pior pesadelo vivenciado na região. A consequência mais grave é o conflito social despertado pelos oferecimentos dos relacionadores comunitários --intermediários entre a companhia e as comunidades através de organizações de desenvolvimento fictícias (primeiro, o Conselho de Desenvolvimento de García Moreno- CODEGAM; depois, a Organização de Desenvolvimento de Intag- ODI)--, que provocou o enfrentamento entre parentes, amigos e vizinhos.

O prefeito Tituaña encaminhou uma carta aberta à empresa (15 de dezembro de 2004), detalhando o descumprimento das leis: "Desde os primeiros dias da presença da Ascendant Exploration em nosso Cantão, [...] seus funcionários não informaram a nenhuma instância de seus planos, nem solicitaram a autorização respectiva para realizar suas atividades dentro de nosso território. Por outro lado, a gravíssima falta de consulta com as comunidades potencialmente afetadas sobre o projeto mineiro de sua empresa, constitui uma ineludível violação aos direitos constitucionais do Equador, violação que jamais deixaremos impune. [...] foi desrespeitada a vontade das comunidades, bem como os planos de desenvolvimento locais elaborados participativamente com os atores sociais do cantão. Adicionalmente recebemos [...] ameaças de morte a líderes que lutam contra a mineração". Um dos aspectos que é fortemente questionado é a validade das concessões mineiras.

As denúncias realizadas pelos moradores junto aos organismos de direitos humanos incluem oferecimentos de dinheiro aos presidentes das comunidades em troca de sua assinatura em favor da mineração; presença de guarda-costas e paramilitares fortemente armados com pistolas, gás e bombas lacrimogêneas, que em várias ocasiões dispararam contra os comuneiros; pagamentos para ir a reuniões convocadas pela mineradora; pressões para os assistentes assinarem papéis em branco, contratação de terceiristas não autorizados, reiteradas invasões da propriedade privada.

A concessão mineira está localizada em uma área habitada por colonos de 5 comunidades (cerca de 150 famílias), que deveriam ser despejados pelo projeto. Tradicionalmente, para os camponeses tem sido difícil escriturar suas propriedades, ao terem que enfrentar diferentes obstáculos relacionados com a documentação a ser apresentada e a justificação de seus direitos sobre a terra. Pouco depois da chegada das mineradoras, reconhecidos traficantes de terras, ou seja, pessoas que profissionalmente se dedicam a adjudicar-se propriedades e demonstrar com documentação falsa seus direitos sobre elas, tentaram reiteradamente tomar posse de terras situadas sobre as jazidas e nos arredores, de forma ilegal e escriturá-las. Por vezes, conseguiram a posse em poucos dias graças à cumplicidade de funcionários corruptos. Também foram feitas compras ilegais dentro de áreas do Patrimônio Florestal do Estado, ou de áreas de proteção mineira ou até de terras que já tinham sido vendidas anteriormente a outras pessoas a preços inferiores. Devido a todas essas confusões, a Comissão Anticorrupção (CCCC) realizou uma exaustiva investigação que está prestes a concluir nos próximos dias.

Desde setembro de 2006, as comunidades locais condenam as reiteradas e sistemáticas tentativas por parte da mineradora de desprestigiar e caluniar pessoas e organizações que têm se posicionado contra a mineração. Conforme a Comissão Ecumênica de Direitos Humanos (CEDHU), uma das formas mais agressivas em que se manifestaram tais tentativas é através de uma campanha de denúncias sistemáticas contra diferentes líderes e camponeses, que se opuseram a cada tentativa de entrar às concessões mineiras por parte do pessoal da companhia ou seus aliados.

Os acontecimentos descritos fizeram com que a oposição à mineração na zona aumentasse e hoje é uma unanimidade de todos os governos locais da região. Cada um dos sete governos paroquiais da zona de Intag e

também o governo da província bem como as comunidades dentro dos limites e adjacências das concessões da mineradora, expressaram publicamente sua oposição ao projeto mineiro.

Além de resistir à mineração, o interessante processo organizativo da zona de Intag permitiu melhorar a produção de café orgânico, que é exportado quase em sua totalidade ao Japão por um preço justo, mantido apesar das flutuações do mercado. Outros grupos organizados elaboram produtos artesanais, como os confeccionados com fibra de cabuya (sisal), bordados à mão, sabonetes à base de Aloe Vera e outros produtos naturais. Na comunidade de Junín, centro da resistência, existe uma iniciativa de turismo comunitário que agrupa a maioria das famílias da comunidade e que recebe uma média de 650 turistas ao ano, gerando benefícios significativos. Além disso, conformou-se um grupo de guardas florestais que vela pela proteção do meio ambiente e a integridade das florestas primárias, os recursos hídricos e a biodiversidade.

Homens, mulheres e jovens se agruparam em diferentes organizações, cada grupo com propósitos definidos. O processo de resistência à mineração também resultou em uma geração de orgulhosos líderes (homens e mulheres), conscientes e preparados, conhecedores de seus direitos. A posição comum na zona é dizer Não à Mineração, e não é negociável. É em prol do meio ambiente, da água, da vida e as futuras gerações. É em prol da floresta nublada, o galo-da-serra andino e o urso de óculos e milhares de espécies mais.

No nível político, o processo que está vivenciando o Equador é uma porta aberta ao triunfo definitivo deste processo que já dura 12 longos anos. O diálogo está aberto. Muitas esperanças estão depositadas na Assembléia Constituinte; porém, como nos explicaram em Intag “Não podemos esperar à Constituinte, esta é uma luta diária”. Os interesses econômicos também não dormem.

Por Guadalupe Rodríguez, correio eletrônico: [guadalupe@regenwald.org](mailto:guadalupe@regenwald.org) (Licenciada em Filosofia e Letras, ativista de direitos humanos e meio ambiente, co-produziu e realizou em 2001 o primeiro documentário sobre a resistência contra a mineração em Intag “Intag, Mi Zona Verde”). Para maiores informações, vide: Defensa y Conservación Ecológica de Intag: [www.decoin.org](http://www.decoin.org); Jornal Intag: [www.intagnewspaper.org/](http://www.intagnewspaper.org/); Documentário “La Ruta del Cobre”, <http://www.lifeonterra.com/episode.php?id=84>; Balacera de contratados por la empresa Ascendanta a través de una de sus tercerizadoras sobre la población local de Intag: <http://www.youtube.com/watch?v=irNOB2Vc4vM>;

[início](#)

---

### **- Laos: “ajuda” noruega e chinesa colabora com represa no Rio Xeset**

No final do ano passado, a Norconsult- uma firma consultora noruega, ganhou um contrato de US\$ 1,5 milhão para supervisionar as obras de construção da represa Xeset 2, no sul do Laos. A Norconsult obteve o contrato, que está financiado pela Agência Noruega de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad), sem existir qualquer outra oferta concorrente.

A Norconsult tem vasta experiência em operar no rio Xeset já que trabalhou no planejamento e construção da represa Xeset 1 de 45 MW, que foi concluída em 1991, com financiamento da Suécia, Noruega, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o PNUD. Durante a estação seca, a represa Xeset 1 praticamente não produz electricidade, devido ao baixo fluxo de água no rio Xeset.

Após 8 anos de a Xeset 1 ter sido concluída, a Norconsult foi novamente contratada para realizar um estudo de factibilidade para as represas Xeset 2 e Xeset 3. A Norad providenciou US\$ 1,8 milhão para custear o estudo. As represas Xeset 2 e Xeset 3 estão localizadas águas acima da Xeset 1 e com a transferência de água de rios próximos ao rio Xeset, poderá ser incrementado o volume de água que flui através das turbinas da Xeset 1. Do mesmo modo que com a Xeset 1, a maior parte da electricidade gerada pela Xeset 2 de 76 MW será exportada a Tailândia.

---

A construção de mais represas na tentativa de resolver os problemas com as represas já existentes é, obviamente, uma proposta atraente para uma firma consultora na construção de barragens como a Norconsult. Porém, mais represas significam maior destruição não só de rios e pescaria como também dos meios de vida da população local.

Há dois anos, Phetsavanh Sayaboulaven realizou uma série de entrevistas aos moradores da área da represa Xeset 2. Quase todos os povos que vivem na área são indígenas, principalmente pertencentes aos grupos étnicos Jru (Laven) e Kouay. Um morador disse a Phetsavanh, "Nós não queremos que eles construam a represa. Afetará gravemente nossa terra e o meio ambiente. A compensação oficial não será adequada, como no caso da represa Houay Ho. Mas não ousamos opor-nos aos funcionários governamentais."

A China tem um papel importante na represa Xeset 2. O Import- Export Bank da China está financiando 80 por cento do projeto de US\$ 135 milhões e o restante provém da Electricité do Laos. O principal empreiteiro é a chinesa Norinco (China North Industries Corporation), uma empresa mais conhecida como fabricante de armas do que como construtora de represas. A construção da Xeset 2 está em andamento e deverá ser concluída até 2009.

Quando a Norinco iniciou a construção da represa, os moradores começaram a roubar. Barras de ferro, cobertas para telhados e grandes quantias de combustível desapareceram do local da construção. Alguns moradores enriqueceram rapidamente. O furto poderia ser considerado como uma forma de resistência à represa- ou uma tentativa de os moradores garantirem alguma compensação para eles. Os laosianos que trabalhavam para a construtora chinesa ajudaram os moradores no roubo do combustível. A demissão dos trabalhadores não alterava os fatos porque os novos contratados para substituí-los também ajudavam os ladrões. A situação se tornou violenta quando os moradores mataram um trabalhador chinês que tentou deter o roubo de combustível.

O governo laosiano, provavelmente em uma tentativa de apaziguar os fatos garantiu aos moradores que receberiam alguma compensação. Uma pesquisa recente no Laos aponta que os moradores dos arredores da construção tinham recebido um total de cerca de US\$ 150.000 em compensação pela perda de terras e pela perda de pés de café.

Mas os moradores que até agora não foram afetados pelas atividades da construção não receberam nada. Mais de 12.500 pessoas que vivem ao longo do rio Tapoung enfrentarão sérias reduções do caudal do rio quando a água for desviada ao reservatório da Xeset 2. Esses moradores não sabem se receberão alguma compensação nem como será calculada no caso.

Os moradores usam a água do rio Tapoung para suas lavouras de arroz na estação seca. Eles plantam as margens do rio e suas proximidades, seus cultivos são diversos. Muitas plantas silvestres crescem ao longo do rio Tapoung, inclusive plantas medicinais e comestíveis. Peixes, camarões, caranguejos e caracóis são uma importante fonte de proteínas para a população local. O rio também providencia a água para consumo de muitos povoados durante a estação seca. "Se a represa for construída e a água deixar de correr neste rio, ficarei muito triste," disse a Phetsavanh uma anciã. "O rio tem me alimentado desde a infância e em minha velhice."

Quando a Norconsult decidiu, em 1999, que as represas Xeset 2 e Xeset 3 eram viáveis, os consultores sabiam que a companhia tiraria partido dessa decisão, através de futuras empreitadas. Quatro anos depois, a decisão da Norconsult foi questionada por um estudo financiado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento que determinou que as represas Xeset 2 e Xeset 3 "não eram viáveis". A Norconsult recusou fazer qualquer comentário quando perguntei como seus consultores tinham chegado à conclusão contrária.

A situação perversa no Boloben Plateau é que a consultora noruega se beneficia da "ajuda" noruega, uma construtora chinesa se beneficia da "ajuda" chinesa, e os moradores laosianos devem pagar os custos da destruição dos rios e seus meios de vida.

---

## **- Políticas de "Desmatamento Evitado" e os povos indígenas e as comunidades locais: precisa-se debate urgente sobre os potenciais impactos sociais**

A conservação das florestas está de novo na agenda...aproveitemos!

Mais e mais governos do norte e do sul, agências bilaterais de desenvolvimento, bancos bilaterais de desenvolvimento e grandes ONG de conservação estão arguindo que os "países" deveriam ser compensados por proteger os "depósitos de carbono" em florestas em pé. Sob alguns planos, os planos de proteção florestal dos países do sul deveriam gerar direitos de poluição que os governos poderiam vender para as indústrias no norte para permitir-lhes deixar as coisas como estão.

Quase todos os entusiastas dessas políticas de "desmatamento evitado" (AD, por sua sigla em inglês) rejeitam o enfoque "projeto a projeto" a respeito da conservação florestal. De acordo com a opção da política de AD denominada *Emissões Reduzidas do Desmatamento* (RED, por sua sigla em inglês) de acordo com a terminologia oficial da UNFCCC, eles querem programas nacionais ou regionais que incluam grandes áreas de floresta. Isso, dizem eles, reduziria os custos com monitorização: é bem mais econômico medir o desmatamento desde um satélite do que visitar inúmeros sítios de projeto diferentes no terreno.

Os proponentes do AD também dizem que os "países" credores, como o agente responsável de salvar as florestas, ajudariam a promover um enfoque mais abrangente a respeito das políticas florestais nacionais que poderia ajudar a evitar a proteção das florestas em um lugar que leva ao desmatamento em outro lugar no mesmo país.

No entanto, com o entusiasmo a respeito do AD, relativamente pouca atenção foi prestada aos riscos sociais e desafios –ou o potencial impacto sobre os povos indígenas e as comunidades locais cujos meios de vida, culturas e bem-estar dependem das florestas. Os movimentos e ativistas em favor das florestas precisarão envolver-se neste debate, por causa do grande impacto que poderia ter sobre suas florestas ancestrais e seus direitos e liberdades fundamentais.

### *Fundos públicos ou comércio global do carbono?*

Alguns governos, principalmente o do Brasil, propõem que os incentivos econômicos para os países em desenvolvimento para proteger as florestas deveriam provir de um fundo internacional especializado, criado com dinheiro público de países doadores. Na *Stern Review on the Economics of Climate Change* do governo do Reino Unido, publicada no começo de 2007, o antigo economista do Banco Mundial Sir Nicholas Stern recomendou que "...o apoio internacional para a ação dos países com o fim de evitar o desmatamento deveria começar o mais cedo possível ..." através de programas piloto que, "...poderiam estar baseados em fundos com contribuições voluntárias de países desenvolvidos, empresas e ONG". Stern sugere que os fundos públicos para o AD deveriam focalizar-se onde possam fornecer maiores benefícios em nível de país e poderiam ser usados para abordar a redução da pobreza e os impulsores subjacentes do desmatamento.

De outro lado, as grandes ONG de conservação, chamadas companhias de "financiamento do carbono" e de "florestamento para seqüestro de carbono", junto com alguns países do sul como a Costa Rica e a Papua-Nova Guiné, sustentam que os fundos públicos nunca fornecerão suficiente financiamento para garantir um financiamento adequado e sustentável para o desmatamento evitado. Esse grupo sustenta que apenas um comércio global com créditos de poluição forneceria suficientes fundos para programas de RED efetivos. Os defensores do comércio do AD incluem um crescente número de consultores de companhias de financiamento do carbono, que estão ávidos por

ganhar muito dinheiro com o comércio do carbono florestal, como por exemplo, a EcoSecurities. Essas companhias e empresários, junto com muitos cientistas florestais, grandes ONG e o Banco Mundial, estão agora fazendo *lobby* intensamente dos governos doadores, para persuadi-los a outorgar apoio legal e institucional para os mercados de carbono florestal globais.

#### *O Banco Mundial procura capturar os fundos de carbono globais*

O Banco Mundial apóia uma mistura de enfoques públicos e de mercado a respeito do financiamento do carbono florestal. O Banco está agora atuando rapidamente para tentar capturar quaisquer novos fundos globais para o desmatamento evitado como parte central de sua controvertível proposta para uma nova *Global Forest Alliance* - GFA (Aliança Florestal Global) com grandes ONG de conservação, como The Nature Conservancy, CI e WWF. Dentro do quadro da GFA, o Banco planeja pilotar os programas de desmatamento evitado em cinco países tropicais sob sua proposta *Forest Carbon Partnership Facility* - FCPF (Facilidade de Parceria do Carbono Florestal), para a que está pedindo ao G8 de países industrializados seu apóio em sua próxima cúpula mundial na Alemanha em junho de 2007.

Enquanto isso, o Banco já está convidando os governos da Papua-Nova Guiné, a Costa Rica e a Indonésia e órgãos regionais no Brasil e na República Democrática do Congo, para financiar a proteção das florestas através do desmatamento evitado. Em maio de 2007, o Banco Mundial estava procurando persuadir esses países a assinar acordos para limitar as emissões de carbono do desmatamento para 2009 ou 2010, em troca por USD 250 milhões em investimentos.

#### *TFAP de novo?*

No entanto, mais uma vez parece que os planos do Banco Mundial, governos e ONG para combater o desmatamento em nível nacional, bem como suas propostas para incluir a conservação na economia do carbono global, estão sendo desenvolvidos com pouca ou nenhuma participação informada dos povos das florestas potencialmente atingidos. Em uma reunião recente em Oxford, o *Forest Peoples Programme* ficou chocado ao escutar os consultores florestais dizendo que os direitos humanos e as preocupações dos povos indígenas são um "assunto secundário" e uma "distração" das políticas de proteção florestal. Eles aceitam que alguns povos indígenas poderiam lamentavelmente ser "danificados", mas isso pode ser um preço que deve ser pago para atingir o objetivo maior de adiar a mudança climática!

Além disso, qualquer expansão rápida e implementação de programas de desmatamento evitado sem a participação dos povos das florestas e sem a devida consideração pelos direitos e os riscos dos aspectos sociais, repete os erros passados de iniciativas globais que não conseguiram enfrentar o desmatamento tropical (como por exemplo, o *Tropical Forest Action Plan* - TFAP (Plano de Ação de Florestas Tropicais) dirigido pela FAO e o Banco Mundial na década de 80).

#### *Potenciais riscos sociais*

Os partidários dos novos programas de "desmatamento evitado" sustentam que as taxas de compensação devem ser mais altas que os retornos de outros usos da terra que diretamente causam o desmatamento (como por exemplo, expansão dos dendezeiros, plantações de árvores industriais, conversão para agricultura, extração de hidrocarbonetos, etc.). De acordo com as estimativas atuais, os governos poderiam ganhar centenas de milhões ou até bilhões de dólares ao ano por não cortar as florestas.

Esses montantes poderiam ser suficientemente importantes para criar incentivos para que as autoridades de florestas do estado e áreas protegidas joguem fora das florestas as pessoas que eles considerem "invasores". Em sua luta para receber os pagamentos de compensação mostrando para os satélites no alto que o corte e a queima da floresta se deteve, as agências de proteção das florestas zelosas demais podem estar tentadas a expulsar os cultivadores rotacionais e isolar as florestas completamente contra qualquer uso pelos habitantes tradicionais das florestas e outras comunidades dependentes das florestas

---

### *As políticas florestais de cima para baixo e o retorno à "conservação com armas e guardas"?*

Um resultado poderia ser um maior controle do estado sobre as florestas; a acusação injusta dos povos indígenas e marginais como os "promotores" do desmatamento; as violações de direitos tradicionais à terra e territoriais; o zoneamento pelo estado e ONG de terras de florestas sem a participação informada dos habitantes das florestas; imposição desigual dos custos com proteção florestal sobre os povos indígenas e comunidades locais através de contratos comunitários desiguais e abusivos; especulação sobre terras; apropriação de terras e conflitos sobre terras (piorados por reclamações concorrentes sobre a compensação AD); corrupção e apropriação indevida de fundos internacionais por elites nacionais; e crescente desigualdade e potencial conflito entre beneficiários e não beneficiários de fundos de AD.

### *RED ou REDD?*

Alguns proponentes dos novos programas de AD, como o governo da Índia, querem que os programas de florestamento e regeneração natural bem como a conservação das florestas sejam compensados. Essa idéia é chamada de *Emissões Reduzidas do Desmatamento e Degradação das Florestas* (REDD, por sua sigla em inglês). Outros apontam que incluir os programas de florestamento faria surgir os mesmos problemas científicos e sociais que estão associados com os muito criticados projetos de compensação de carbono que envolvem a plantação de árvores. Também faria surgir o assunto do que é considerado "degradação". Outros influentes partidários do AD como o Brasil, sustentam portanto que os programas globais devem limitar-se apenas ao desmatamento (RED).

### *Problemas não resolvidos com o comércio do carbono*

Um problema com AD é que exige medir quanta floresta tem sido salva além de uma "linha de base" de uma taxa de desmatamento "deixando as coisas como estão". Essa taxa, logicamente, será determinada por um pequeno círculo de expertos técnicos –com todo o alcance de corrupção intelectual que implica.

Outro problema atinge programas que incluem comércio de carbono. Algumas organizações de povos indígenas e ativistas de justiça social têm questionado a ética, política e ciência de comerciar os estoques de carbono no mercado internacional. Esses críticos rejeitam a idéia de que o problema climático possa ou deva ser enfrentado permitindo aos poluidores industriais e empresariais do norte comprar o "direito" para continuar poluindo, dos governos de países do sul altamente florestados. Também rejeitam a noção de que o valor das florestas possa reduzir-se ao valor monetário de seus estoques de carbono e enfatizam que para seu povo os valores não monetários culturais e espirituais de sua floresta são da maior importância e devem ser respeitados. Sustentam que o comércio dos créditos de carbono é impraticável porque não aborda a causa raiz da mudança climática (emissões de combustíveis fósseis contínuas e crescentes).

Então está a questão da propriedade e da soberania: podem os compradores estrangeiros "comprar" estoques de carbono em florestas em pé que não pertencem ao estado ou proprietários particulares individuais mas são mantidas coletivamente de acordo com as leis consuetudinárias e título aborígene? Como seria o consentimento prévio obtido nestes casos e em que termos?

### *E o que acontece com os povos das florestas?*

Algumas pessoas sustentam que com um fundo público, muitos dos problemas científicos, legais e éticos associados com um mercado do carbono global poderiam ser evitados –apesar de que não o seria o assunto essencial de permitir que os poluidores continuem poluindo. Além disso, os fundos públicos e ODA para programas de AD globais e nacionais em grande escala ainda implicariam riscos sociais. A respeito disso, os proponentes da idéia sustentam que se esses riscos podem ser eliminados ou reduzidos, então as políticas AD e maior financiamento fora do comércio do carbono podem oferecer importantes oportunidades para os povos indígenas e as comunidades dependentes das florestas. No entanto, fala-se pouco do respeito total pelos seus direitos ou de suas prioridades e capacidade de tomar decisões no desenho e implementação de políticas de desmatamento evitado.

---

Para implementar esse tipo de programas, as políticas de AD deveriam incluir pelo menos garantias sólidas e aplicáveis em nível local para sustentar os direitos humanos e abordar os assuntos de equidade, bom governo e direitos. As promessas vagas de que esses assuntos serão tratados através da futura certificação das florestas RED, como alegaram muitas ONG de conservação e o Banco Mundial, não são suficientemente boas. As garantias seguras de respeito pelos direitos dos povos das florestas devem ser estabelecidas antes de que os governos e doadores internacionais e bancos multilaterais de desenvolvimento avancem com os programas RED.

*Precisa-se debate urgente sobre os aspectos sociais das políticas de desmatamento evitado*

Como primeiro passo, é essencial que os povos indígenas e outros movimentos populares estejam totalmente envolvidos no nível internacional e nacional no debate sobre os prós e os contras do desmatamento evitado em políticas climáticas globais.

Quem decidirá que áreas de florestas estarão ou não nos programas nacionais de AD? Quem decidirá a posse da terra e os direitos de propriedade às florestas incluídos nos programas de desmatamento evitado? Quem determina que florestas são elegíveis para pagamentos REDD e como? Como deveriam ser utilizadas as florestas protegidas? Que atividades seriam permitidas e quais seriam proibidas em florestas protegidas para receber a compensação AD? Quem receberá pagamentos de compensação? Beneficiarão realmente esses programas os povos locais?

Este debate deve começar imediatamente se os povos das florestas quiserem evitar mais uma rodada de políticas florestais globais e nacionais de cima para baixo que não consideram seus direitos e interesses. Os movimentos pelas florestas devem organizar-se para debater os assuntos, desafios e oportunidades tão cedo quanto possível para que possam envolver os governos e formuladores de políticas. Sem isso, é improvável que seus direitos sejam respeitados no desenho e implementação de futuras políticas de desmatamento evitado.

Este artigo foi compilado por Tom Griffiths, Forest Peoples Programme (FPP), e-mail: [tom@forestpeoples.org](mailto:tom@forestpeoples.org). Por mais informação sobre alguns dos assuntos sociais que surgem das políticas globais sobre desmatamento evitado, vide o artigo *Seeing RED: Avoided deforestation and the rights of Indigenous Peoples and local communities* disponível em [www.forestpeoples.org](http://www.forestpeoples.org)

[início](#)

---

## **- República Democrática do Congo: Pigmeus Efe despojados de sua terra e seus meios de vida**

No nordeste da República Democrática do Congo, encontra-se a grande, densa e montanhosa floresta tropical de Ituri, que abrange aproximadamente 70.000 quilômetros quadrados. É uma área rica em recursos naturais. A madeira tropical é colhida (legalmente e ilegalmente) em grande escala. Os minerais como o ouro e o coltan (utilizado em telefones celulares) são explorados intensamente depois de que as árvores têm sido cortadas.

A floresta de Ituri alberga uma das mais antigas populações da África: os Efe, também conhecidos como Pigmeus Mbuti. O habitat dos Efe originalmente abrangia uma porção mais ampla da África mas agora estão confinados à floresta de Ituri já que têm sido repelidos pelo inédito influxo de imigrantes causado pela guerra civil na RDC e as crises políticas na vizinha Ruanda. Os acampamentos de refugiados com dezenas de milhares de pessoas deslocadas são comuns no leste da floresta de Ituri, ao longo da estrada Beni-Komanda-Bunia.

No começo da década de 90, as companhias madeireiras comerciais malaias e européias vieram para a região, causando surtos devastadores de malária, dedicando-se à caça furtiva que fazia com que houvesse pouca caça e introduzindo dinheiro, tabaco e maconha, todo o que deixou os Efe doentes, famintos e desalentados.

Os Efe são caçadores coletores e vivem da apanha limitada de caça menor já que a caça maior como o búfalo e o elefante tem sido proibida há muito tempo. Caçam com faísca e seta (às vezes com veneno) e redes de caça. As

famílias Efe vivem em cabanas abobadadas feitas com folhas. Sua cultura está muito conectada com sua música "polifônica" e a dança, na que todos participam. Além de suas vozes usam instrumentos musicais como por exemplo: tambores, flautas, sinetas para os pés, trombetas (molimo), arcos de boca, pianos de polegar, etc. Suas roupas tradicionais originais (mulumba) pintadas com bonitos desenhos abstratos ainda são criadas e usadas às vezes, mas as roupas ocidentais estão crescentemente deslocando essa tradição.

Depois da colonização belga, a densa floresta tropical era quase impenetrável pela ausência de boas estradas. Grandes buracos de lama bloqueavam todas as ocasiões de transporte. Ficar preso na lama estava garantido. Essa situação de impenetrabilidade manteve o hábitat dos Efe intato.

Durante a última década, sua forma de vida tradicional tem sido muito perturbada já que a atividade florestal comercial está cortando mais e mais profundamente na decrescente floresta tropical, restringindo e reduzindo o abastecimento de alimento para os Pigmeus Efe. Desde a metade do ano de 2006, a reabilitação e reconstrução de estradas tem permitido aos empreiteiros madeireiros ingressar mais facilmente na floresta...o que equivale à destruição do hábitat natural do Povo Pigmeu Efe.

Com sua terra e meios de vida devastados pela guerra e pelas grandes corporações em busca de negócios, os Efe estão presos em um beco sem saída que deixa suas vidas sob assédio.

Na nova estrada Komanda – Beni, perto de Idohu, é possível ver Pigmeus Efe carregando tábuas entre duas pessoas, em suas cabeças, com um peso de aproximadamente 70 a 80 kg de madeira fresca e úmida. Eles recebem em pagamento USD 5 por tábua e por equipe, por 7 km de transporte. Uma equipe pode fazer isso uma vez ao dia. O pagamento é feito diretamente depois da recepção da madeira transportada. Alguns povoadores usam suas bicicletas para o transporte. Algumas vezes um único povoador carrega essa carga sozinho, com seu arco e setas inúteis em sua mão esquerda...a caça é impossível: o ruído das serras fez com que a caça desaparecesse.

Essa atividade comercial está fechando o círculo econômico: trabalho de transporte pesado – pagamento miserável – compra de alimentos – não resta dinheiro – no dia seguinte a mesma coisa: nenhum lucro e a floresta está desaparecendo. Como o velho e sábio Efe Moke disse uma vez: "Vocês vão entender por que somos chamados de Povo da Floresta...Quando a floresta morrer, nós vamos morrer também."

Artigo baseado em: "Pygmies", Foundation Pygmy Kleinood, [http://www.pygmee.nl/pygmy\\_algemeen.html](http://www.pygmee.nl/pygmy_algemeen.html), "Ituri Forest", Foundation Pygmy Kleinood, [http://www.pygmee.nl/pygmy\\_projecten.html](http://www.pygmee.nl/pygmy_projecten.html); "Increase of Forest Cutting speed in Eastern Ituri Forest, DR Congo", Foundation Pygmy Kleinood, [info@pygmee.nl](mailto:info@pygmee.nl), [www.pygmee.nl](http://www.pygmee.nl)

[início](#)

---

### **- Uganda: luta pela floresta de Mabira com final feliz**

Nas últimas semanas, a Uganda tem testemunhado crescentes protestos contra o plano do governo de ceder 7.100 hectares da floresta de Mabira- reserva natural desde 1932-, para a empresa SCOUL plantar cana-de-açúcar. Se a floresta fosse arrasada, devastaria um frágil ambiente, desencadeando a erosão do solo, tornando o clima mais seco e removendo uma zona que diminui a poluição do Lago Vitória. A posição de técnicos, profissionais e especialistas contra o projeto bem como os protestos públicos culminaram na renúncia da diretoria e do quadro de técnicos sênior da Autoridade Nacional Florestal. (NFA). A nova diretoria, nomeada em dezembro de 2006, está em vias de aprovar novas cessões de floresta para fins comerciais tais como Kitubulu em Entebbe, Buyaga (Lyantonde), Mpanga (Fort Portal), Nebbi, Arua, Ntungamo, Kitgum e Bobi, entre outros.

Os ugandenses que vivem nas proximidades da floresta de Mabira temem o colapso de seu modo de vida. "A floresta é tudo: lenha, carvão, ervas medicinais, frutos comestíveis, madeira; recolhe a chuva e enche os rios. Nós não

podemos viver sem ela,” disse Haruna Salongo, de 48 anos.

“A floresta de Mabira faz parte de nosso patrimônio e do futuro de nossos filhos. A floresta de Mabira é tropical, de madeira dura e está indicada para ser derrubada em prol da produção açucareira na Uganda. É uma das florestas mais biodiversas que restam na África. E também tem um valor a mais para as comunidades que habitam nela ou em seus arredores. O valor da floresta para a Uganda e seu povo vai além do valor das árvores; é um lugar de turismo freqüentado para a observação de aves, caminhadas e outras atividades; tem valor histórico e cultural; tem impacto significativo para o ambiente como um sistema de filtração de água doce e como regulador natural do clima global”, expressaram integrantes da Save Mabira Crusade (SMC), uma rede de particulares, ONGs, líderes cívicos, religiosos, instituições acadêmicas e culturais, organizações políticas e comunidades locais que se agruparam na tentativa de barrar a entrega não só da floresta de Mabira como também de outras reservas florestais na Uganda.

Apesar de a oposição às plantações de açúcar crescer, e a imprensa local afirmar que 80 por cento dos parlamentares votariam contra, o presidente Museveni se manteve intransigente. “O aumento na produção de açúcar impulsionará a geração de empregos e das receitas de exportação e a arrecadação tributária- essenciais se o país deve “ter fundos para policiar e proteger o meio ambiente”, disse Museveni. Os residentes de Mabira são céticos a promessas de empregos; referindo-se à população da Ilha Bugala no Lago Vitória, que foram persuadidos a entregar parte de sua floresta tropical primária à queniana Bidco- empresa produtora de azeite de dendê, no ano passado. A Bidco plantou 4.000 hectares de dendê, principalmente em áreas de floresta que a empresa derrubou com bulldôzers, disseram os moradores. O estado acordou a entrega à Bidco de mais 2.000 hectares de terra florestal ao retirar o status de proteção de reserva natural, mas foi interrompida pelo protesto popular. Os moradores dizem que perderam recursos vitais como madeira, medicina, cordas e água doce, e ainda não viram nem empregos nem dinheiro.

“Eles prometeram muitas coisas,” disse Joyce Nakirija, 70 anos, desde seu quintal em Bugala cercado por bananeiras. “Nossos netos iriam ter empregos e eles construiriam novos caminhos, escolas e hospitais. Foi uma mentira; temos caminhos de terra e a empresa importa os trabalhadores do continente.” Ela acrescentou que outro problema foi que os macacos, ao perderem seu hábitat pelo desmatamento, estavam invadindo as lavouras locais.

No dia 12 de maio de 2007, os líderes da rede SMC organizaram uma manifestação contra a entrega da floresta de Mabira. Tinha de ser uma manifestação pacífica mas se tornou caótica; morreram cinco pessoas, foram destruídas algumas propriedades, houve feridos e muitos dos líderes foram detidos. Agora, eles enfrentam diversas acusações na justiça desde assassinato a participação em uma “manifestação ilegal”- apesar de a polícia ter ordenado a manifestação e dado a autorização para continuá-la. Deverão comparecer junto ao tribunal para responder às acusações nos dias 28 de junho e 6 de julho respectivamente.

No entanto, após tanta dor há boas notícias! O governo da Uganda anunciou no dia 22 de maio que suspendia seu plano de ceder a Reserva Florestal de Mabira para a plantação comercial de cana-de-açúcar.

A luta do povo ugandense rendeu frutos para si e para as gerações futuras.

Artigo baseado em: “Legal Questions Over Plan to Give Away Mabira Forest”, “Save Mabira Forest in Uganda”, “Mabira Forest Crusade – Court”, “Uganda Govt. Gives up Mabira Sale!”, NAPE, <http://www.nape.or.ug/>

início

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Brasil: Por que as mulheres Sem Terra se opõem aos monocultivos de eucalipto**

---

Tem se intensificado no Brasil, a luta entre dois projetos de agricultura. De um lado, o projeto do agronegócio baseado na concentração de grandes extensões de terras, produção para exportação, na grande escala de produção e na produção de monoculturas, sobretudo da soja, do eucalipto e da cana. Por outro lado, vários movimentos sociais da Via Campesina no Brasil, que defendem a Reforma Agrária, um modelo de agricultura baseado na agroecologia, na produção para fortalecimento do mercado interno, da agricultura familiar e camponesa, na produção diversificada, a cooperação e a mudança da matriz tecnológica e produtiva.

É esse contexto que nos dá fundamento para entender a luta das mulheres da via campesina no Brasil contra os impactos sociais e ambientais da produção de eucalipto em forma de monocultivo.

A ação das 2000 mil mulheres do Rio Grande do Sul no dia 08 de março de 2006 [ver Boletín N° 104 del WRM] para chamar a atenção da sociedade brasileira e dos participantes da II Conferencia mundial sobre Reforma Agrária, trouxe para a agenda de debate os riscos com o que chamamos de “desertos verdes”.

Houve do ponto de vista dos movimentos sociais uma ruptura do padrão estabelecido do papel das mulheres num processo de mudança por ter sido uma ação coletiva, organizada e dirigida por mulheres – mulheres camponesas, no enfrentamento de uma das maiores empresas transnacionais do mundo na produção de eucalipto: a empresa Aracruz celulose. Esta empresa fabrica 2,4 milhões de toneladas por ano de celulose branqueada.

Na ação foram destruídas mais de 10 milhões de mudas de eucalipto e pinus. A partir dela, a luta pela terra ganhou na sociedade um outro caráter: a luta contra o capital estrangeiro na agricultura através das empresas transnacionais.

Como resultado disso, definimos intensificar a lutas das mulheres por todo país numa grande jornada que teve como lema Mulheres Sem Terra: na luta por soberania alimentar e contra o agronegócio. As ações reuniram mais de 15 mil mulheres do MST e chamaram a atenção da sociedade pelo caráter de denuncia contra o deserto verde, o financiamento por parte do governo brasileiro para empresas transnacionais e sobretudo, para instalação de novas indústrias de celulose e de etanol no Brasil.

Nossa avaliação é de que a luta das mulheres contra as empresas transnacionais na agricultura especialmente de celulose tende a se fortalecer. Por isso nos cabe a responder a pergunta: quais são os impactos dessas empresas e do monocultivo na agricultura e na vida das mulheres? Para nós mulheres, responde-la é uma forma de se opor ao monocultivo de eucalipto por diversas razões que queremos expressar e que dão força a nossa luta:

1. Nossa compreensão é de que a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas são a base da vida, e jamais podem ser mercantilizadas.
  2. Vivemos um processo de globalização da pobreza, principalmente entre mulheres e crianças e isso se dá ao fato de que as empresas transnacionais têm se apoderado nossas riquezas naturais, de nosso território através das políticas dos bancos e instituições internacionais.
  3. O monocultivo do eucalipto causa a destruição do meio ambiente. Muitos produtos químicos que são utilizados acabam com a nossa biodiversidade.
  4. Celulose é sinônimo para nós de pobreza, desemprego e êxodo rural.
  5. As empresas de celulose têm se apropriado de grandes propriedades e por isso contribui com a concentração de terra no Brasil.
  6. No Brasil essas mesmas empresas tem se beneficiado com a legislação ambiental negociada por muitos governos brasileiros.
  8. Vivemos um processo de privatização e internacionalização do território brasileiro e seus recursos naturais.
  9. A saúde humana, especialmente das mulheres e crianças está ameaçada pelo avanço do deserto verde que destrói a biodiversidade, que secam os rios, aumenta poluição, contaminam o ar, as águas e ameaçam a nossa vida.
-

Nossa luta é para que as grandes extensões de terra utilizadas por essas empresas devem ser destinadas a Reforma Agrária, para produção de alimentos saudáveis para auto sustento e geração de renda. Para acabar com o latifúndio e garantir justiça social no campo brasileiro que sirvam de base para a construção da soberania alimentar do nosso país.

É sobretudo para garantir a recuperação e preservação da biodiversidade, matas, florestas, plantas medicinais, sementes crioulas, água, terra, que são patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

Para nós, todo investimento público na ciência, tecnologia e pesquisa deve ser para a agricultura camponesa ecológica.

Queremos respeito entre as diversidades étnicas, religiosas, culturais, na igualdade de gênero, na cooperação para a preservação das riquezas naturais e na produção destinada a atender necessidades das pessoas e não do capital.

Exigimos os governos se preocupem com os impactos sócio-econômicos, territoriais e ambientais provocados pelo agronegócio, em particular pelo chamado "deserto verde".

Motivadas por essa luta e a certeza da vitória nós mulheres Sem Terra do MST elaboramos uma carta denominada: Carta das Mães Sem Terra (<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3504>) pela passagem do dia das mães convocando a todas a mulheres do mundo a lutarmos incansavelmente contra o sistema neoliberal que concebe os alimentos, a água, a terra, os conhecimentos dos povos e corpo das mulheres como mercadorias.

Convidamos a todos e todas a erguemos nossas mãos, nossas enxadas, nossas foices e nossas consciências... a nos unir contra os exploradores da terra, da vida, da nossa força de trabalho do nosso corpo... Estamos de pé vigilantes e esculpindo noite e dia a fertilidade e a rebeldia que nascem das entranhas da mãe-terra.

Reforma Agrária: Por justiça social e soberania popular!

Por Lourdes Vicente, Setor de Gênero e coordenação nacional do MST, [genero@mst.org.br](mailto:genero@mst.org.br)

[início](#)

---

## **- Encontro Internacional contra as monoculturas de eucaliptos**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) recebeu em finais de abril em sua Escola Nacional Florestan Fernandes (Guararema, São Paulo) quase 80 membros de movimentos e organizações sociais da América do Sul, da Ásia, da África e da Europa, participantes do Encontro Internacional sobre a Monocultura de Eucaliptos. O objetivo desse encontro foi a definição de uma agenda de ação conjunta para o futuro, em relação ao avanço das monoculturas florestais e as empresas de celulose em nível do sul global.

Esse Encontro foi resultado de uma decisão estratégica da rede de movimentos Via Campesina Internacional para identificar o modelo das monoculturas como uma das principais ameaças para a soberania alimentar em nível local, regional e mundial.

Uma das primeiras conclusões dos debates e depoimentos apresentados foi a necessidade de entender este fenômeno como uma combinação de políticas financeiras, corporativas, dos organismos técnicos da órbita das Nações Unidas como a FAO e dos governos que têm como denominador comum em sua aplicação específica o controle de territórios com fins empresariais e a destruição dos recursos naturais.

O inimigo não é o eucalipto per se, mas o modelo geral imposto, que não é apenas um modelo técnico mas um

---

modelo econômico e de ocupação territorial que tem um impacto direto nas condições de vida e produção das comunidades indígenas, camponesas e da agricultura familiar. Destinar imensas quantias de terra, água, recursos de crédito público e garantias para as empresas tem como principal resultado a destruição dos sistemas locais de produção de alimentos.

Conforme o dirigente camponês basco Paul Nicholson, Membro do Secretariado da Via Campesina Internacional, “quando se realizou a ação da Aracruz (8 de março de 2006) pelas mulheres da Via Campesina, não percebemos que estávamos tocando o coração desse modelo e que foi uma ação muito importante, inclusive do ponto de vista histórico. As mulheres expuseram de forma clara e muito gráfica uma realidade que estava perante nossos olhos. Foi uma constatação: as mulheres tocaram o coração do modelo neoliberal. Estamos perante uma ofensiva enorme do modelo neoliberal, com suas muitas variações, que são, por exemplo, o modelo energético, os agrocombustíveis, a monocultura da soja, o avanço do deserto verde, a mudança climática. Os maiores responsáveis das mudanças climáticas e ambientais são a agricultura e a criação de gado industriais, através de uma mercantilização sem controle da terra, dos recursos naturais e da alimentação. Esse é um modelo de agricultura sem camponeses para obter o controle total da alimentação. Devemos abordar este assunto das monoculturas florestais na globalidade do problema”.

Conforme Ricardo Carrere, Secretário Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), “as lutas contra o eucalipto são um símbolo, desde as primeiras lutas na Índia, na Malásia ou na Indonésia, até hoje com as lutas no Chile contra os pinus, que também têm secado águas subterrâneas e provocado desastres sociais importantes. Na Colômbia é similar, já que as primeiras monoculturas foram de pinus e depois vieram os eucaliptos. O que quero dizer é que o problema não é a espécie, mas o modelo. Estamos contra esse modelo florestal caracterizado pelas plantações em grande escala, que ocupam milhões e hectares, com espécies de rápido crescimento. Disso falamos quando dizemos que o modelo da monocultura é nefasto”.

Desde os movimentos camponeses do Brasil se visualiza o avanço das monoculturas de eucaliptos como um dos principais freios ao processo geral da reforma agrária. Como disse uma dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas, “desde os movimentos das mulheres que compõem a Via Campesina Brasil, pensamos que há um antes e um depois da ação do passado 8 de março de 2006 quando o prédio da Aracruz Celulose foi invadido”. Essa ação, à que se fizeram várias referências no Encontro marcou um ponto de inflexão em nível da luta contra as monoculturas florestais nesse país, enquanto se emitiu uma mensagem para a opinião pública que marcou claramente que o modelo das empresas florestais expulsa e afeta diretamente os camponeses e as camponesas sem terra e a agricultura familiar. Na medida em que esses movimentos de massas lutam pela reforma agrária e identificam como um obstáculo o modelo da monocultura florestal, a estratégia contra ele tem como um dos principais componentes a mobilização.

Outro critério estratégico é a ação em rede de movimentos, organizações e ativistas, para reverter a promoção que os grandes meios corporativos de comunicação fazem do modelo florestal e celulósico; é preciso divulgar e difundir pelos canais de comunicação disponíveis para estes movimentos e redes. Como disse um indígena do Estado do Espírito Santo no Brasil, onde a empresa Aracruz roubou terras às comunidades indígenas Tupinikim e continua ainda hoje violando seus direitos ancestrais e culturais, “as paisagens se alteram com uma velocidade que não se pode controlar, se alteram de um dia para o outro. As melhores terras de meu estado estão ocupadas pelos eucaliptos, terras com boa água. A forma na que as empresas controlam a mídia é diretamente através da publicidade; abrem-se meios nas cidades próximas onde há muitas plantações e oferece-se alguma propaganda às empresas e assim se estabelece um novo meio cooptado pelas empresas. Isso gera grande desorientação entre os movimentos de base, que já não conseguem enxergar quais são os inimigos, com quem se relacionam esses inimigos”.

Um primeiro balanço dessa atividade nos indica que a confluência de vários movimentos e organizações para definir uma estratégia regional contra o avanço das monoculturas florestais é a própria estratégia. Construir uma estratégia

regional desde os movimentos sociais é necessário porque o modelo é regional, os capitais e as empresas operam em nível regional. Cabe que nós façamos possível essa necessária estratégia.

Por Sebastián Valdomir, REDES – Amigos da Terra Uruguai, email: [svaldomir@gmail.com](mailto:svaldomir@gmail.com), <http://www.redes.org.uy/>  
início

---

### - EUA: grupos ambientalistas questionam árvores GM da ArborGen

A americana ArborGen, sediada na Carolina do Sul, é uma parceria entre as madeireiras International Paper and Mead Westvaco e a neozelandesa Genesis Research and Development. A ArborGen está plantando eucaliptos híbridos GM e realizando com eles testes de tolerância ao frio, em uma parcela secreta de 1 acre no condado de Baldwin, Alabama, perto da costa do Golfo do México. Foi comprovado que o lugar abriga uma série de culturas geneticamente modificadas, de carácter experimental; muitas das quais são plantadas aparentemente em uma parcela da Loxley -propriedade da gigante Monsanto Co.

Três características dessas árvores têm sido manipuladas. Conforme documentos federais, duas dessas características visam outorgar tolerância ao frio enquanto a outra implica floração reduzida e um “marcador selecionável”. As especificações dessas alterações são secretas, sob a consideração de “informação empresarial confidencial” tanto da ArborGen quanto do governo. (<http://www.epa.gov/EPA-IMPACT/2007/April/Day-20/i7637.htm>).

No dia 21 de novembro de 2006, a empresa solicitou, ao Serviço de Inspeção Zoonitária e Fitossanitária (APHIS) do Departamento de Agricultura dos EUA, uma autorização para estender seus ensaios de campo de eucaliptos GM a fim de ser permitida a produção de sementes e a floração de 355 eucaliptos híbridos GM plantados, o que estava especificamente proibido conforme a autorização original. O APHIS recebeu comentários até o dia 21 de maio sobre sua breve e inadequada Avaliação Ambiental na qual havia recomendado a aprovação para esses ensaios de campo. O fato de não ter revelado os detalhes das características modificadas fez com que fosse impossível fazer um comentário minucioso. Uma solicitude de grupo União de Cientistas Preocupados e outra da organização Sierra Club para o período de comentários estender-se 30 dias foram denegadas pelo USDA/APHIS.

Com essa jogada, a ArborGen está preparando a fase preliminar para as plantações em grande escala de eucaliptos transgênicos para biocombustíveis e pasta de papel no sudeste dos EUA. Nas décadas de 1980 e 1990, cerca de 3.642.300 hectares das florestas da região foram transformadas em plantações industriais de árvores. As espécies de eucaliptos não são nativas dos EUA mas crescem bem em alguns climas cálidos tais como nas regiões sul e o sudeste dos EUA. Em outros países onde os eucaliptos foram introduzidos, são bem conhecidos pela fuga e colonização de ecossistemas nativos. O escape de eucaliptos GM através de sementes e material vegetal é devido a eventos de ventanias e chuvas, que são comuns no condado de Baldwin, onde estão localizados os ensaios de campo.

Coincidindo com o auge dos biocombustíveis, um porta-voz da ArborGen explicou sobre os eucaliptos: “É uma árvore que você pode plantar em estabelecimentos. Pode ser cultivado como uma lavoura energética”. Novos artigos e relatórios indicam que a ArborGen também pesquisa outras características das árvores GM como a redução do conteúdo de lignina ou a resistência a insetos. A modificação genética para reduzir o conteúdo de lignina a fim de facilitar a produção de etanol a partir de biomassa sólida é uma parte essencial da pesquisa do etanol celulósico. Esse é o motivo pelo qual as árvores com lignina reduzida (“árvores cambaleantes”) estão sendo desenvolvidas. No entanto, a supressão da produção de lignina- que tem um papel vital no sistema de defesa natural das árvores- tem numerosos efeitos secundários, desde mudanças nos padrões de alimentação e alterações na fertilidade do solo até mudanças nos índices da decomposição da madeira.

Outros pesquisadores industriais confirmaram que, devido aos caminhos bioquímicos compartilhados, a supressão da

biossíntese da lignina poderia debilitar as defesas das árvores contra patógenos e suprimir o desenvolvimento dos órgãos reprodutores das árvores. Outros efeitos secundários da redução de lignina incluem o crescimento atrofiado e vasos colapsados, anormalidades foliares e um aumento da vulnerabilidade a infecções virais. É provável que o enfraquecimento das defesas naturais das árvores incentive o maior uso de praguicidas. Um temor adicional é a alta probabilidade que, árvores com baixo conteúdo de lignina apodreçam mais rapidamente- afetando a estrutura do solo, o uso de fertilizantes e a ecologia florestal- e liberem dióxido de carbono mais rapidamente – contribuindo assim para o aquecimento global.

Enquanto isso, o Congresso dos EUA desenvolveu um importante pacote legislativo para promover o etanol. O Comitê do Senado para Recursos Naturais e Energia exorta ao país a produzir 36 bilhões de galões de biocombustível ao ano até 2022.

A campanha STOP GE Trees e grupos dos EUA como Dogwood Alliance, WildLaw, Southern Forests Network, Sierra Club e Global Justice Ecology Project se juntaram para deter os planos da ArborGen, sendo seu primeiro objetivo barrar a aprovação do USDA para os ensaios de campo com eucaliptos GM na Alabama. A campanha STOP GE Trees solicitou que o APHIS rejeitasse essa autorização e ordenasse à ArborGen destruir os ensaios de campo existentes. " Se é permitida esta produção de sementes e floração, será mais fácil para a APHIS liberar novos ensaios de campo com outras árvores GM, tais como choupos e pinheiros para produção de sementes e floração. Isso poderia significar um desastre para nossas florestas nativas," afirmou Orin Langelle, coordenador da campanha. As florestas temperadas do sudeste dos EUA são as mais diversas da América do Norte, reconhecidas pelos biólogos do mundo inteiro devido a sua riqueza biológica. Além da diversidade biológica, as florestas da região contribuem para o seqüestro de carbono e portanto têm um papel importante na mitigação do aquecimento global bem como para a proteção da água potável na região mais populosa dos EUA.

Não existe uma clara compreensão a respeito das complexas interações entre árvores, vegetação sub-florestal, insetos, animais, fungos, bactérias e microorganismos do solo. O Dr. David Suzuki, escritor e geneticista canadense, explica: "Não temos qualquer controle sobre o movimento dos insetos, aves e mamíferos, nem do vento e chuvas que espalham pólen e sementes. As árvores transgênicas têm o potencial de transportar, por centenas de milhas, pólen com genes de características como resistência a insetos, resistência a herbicidas, esterilidade e conteúdo de lignina reduzido, e portanto, têm o potencial de causar estragos ecológicos nas florestas nativas do mundo inteiro. As árvores GM poderiam ter impactos na vida silvestre bem como nas comunidades indígenas e rurais que dependem das florestas intocadas para conseguirem alimentos, abrigo, água, sustento e práticas culturais."

Como declararam vários grupos em um manuscrito apresentado na conferência da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal, no dia 11 de outubro de 2006, em Charleston, Carolina do Sul, EUA, "No melhor dos casos, temos um esboço dos princípios de interação, mas de jeito nenhum temos um panorama completo. Isso combinado com a inerente incerteza da engenharia genética significa que o uso em grande escala da manipulação genética é um perigo. As ameaças implícitas nas árvores transgênicas são simplesmente grandes demais para permitir que sejam liberadas, e menos ainda, para permitir que sejam cultivadas em plantações de grandes dimensões".

ÚLTIMO MOMENTO: A luta contra as árvores transgênicas nos EUA não é nada fácil. A página web stopgetrees.org tem sido alvo da pirataria e teve de ser clausurada indefinidamente. "É uma questão malfadada já que continha informação pertinente e oportuna sobre os comentários da USDA/APHIS referentes a eucaliptos GM tolerantes ao frio no sudeste dos EUA que estão sendo desenvolvidos para agrocombustíveis e celulose", expressou Orin Langelle. "Agora estamos colocando esta informação no site da Global Justice Ecology Project: <http://www.globaljusticeecology.org> under <http://globaljusticeecology.org/index.php?name=getrees&ID=419>. Também, o pedido on line a respeito do anterior desapareceu durante todo um dia".

Artigo baseado em: "Ecological and Social Impacts of Fast Growing Timber Plantations and Genetically Engineered

Trees", Global Justice Ecology Project, <http://globaljusticeecology.org/index.php?name=gettrees&ID=404>; ArborGen is growing GE trees for possible use as fuel; <http://72.14.209.104/search?q=cache:iDz2mclSBJ:www.stopgetrees.org/article.php%3Fstory%3D20070508134406770%26mode%3Dprint+ArborGen+Alabama&hl=es&ct=clnk&cd=3&gl=ar&client=firefox-a>

[início](#)

---

## - Uruguai: Iniciativa Nacional para a Suspensão de Plantações de Monoculturas de Árvores

No ano de 1987, através da lei florestal (Nº15939, de dezembro de 1987), começa no Uruguai a promoção das plantações em grande escala de monoculturas de árvores de rápido crescimento. Hoje, as plantações florestais abrangem mais de um milhão de hectares de terras que não são apenas da categoria denominada "prioridade florestal".

O florestamento avança sobre pradarias e áreas de recarga de aquíferos, circunda estabelecimentos agropecuários, isola povoados; e, no decorrer destes anos, fez com que seus efeitos fossem percebidos. Desde as escolas rurais que continuam fechando e os poços de água próximos que se esgotaram, impossibilitando qualquer produção agrícola, até a concentração de terras nas mãos de empresas estrangeiras que atentam contra a soberania nacional: 400.000 hectares do território uruguaio estão nas mãos de quatro transnacionais --a espanhola ENCE, a finlandesa Botnia, a sueco-finlandesa Stora Enso e a americana Weyerhaeuser--.

Mas também tem crescido a oposição a este modelo florestal. Delegados de organizações de pequenos produtores agropecuários e de outras organizações sociais provindos de diversos departamentos do país reuniram-se nos dias 14 e 15 de abril deste ano para discutirem em conjunto os problemas gerados pelo avanço do florestamento.

A reunião foi bem proveitosa porque permitiu, por um lado, a articulação dos diferentes movimentos e opiniões que estavam se expressando isoladamente, a apresentação em painel dos problemas para identificar os impactos já constatados das plantações e a conjunção de vontades para reclamar a suspensão do florestamento.

O resultado foi uma "Iniciativa Nacional para a Suspensão de Plantações de Monoculturas de Árvores", que reproduzimos a seguir:

"Nos dias 14 e 15 de abril de 2007, no município de Paso Severino, departamento de Florida, delegados de organizações de pequenos agropecuaristas e de outras organizações sociais provenientes de todos os cantos do país, reunidos para discutirmos em conjunto os problemas gerados pelo avanço do florestamento, decidimos que:

Considerando:

- A ausência de estudos de impactos sociais e ambientais prévios à aplicação da lei florestal.
- A constatação dos impactos das plantações, que têm significado:
  - despejo de nossa população rural
  - escassas oportunidades de emprego, em condições de trabalho inadequadas
  - concentração da terra nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras
  - transferência de quantiosos recursos econômicos de toda a população para o setor florestal através de subsídios diretos e indiretos
  - esgotamento e poluição dos recursos hídricos
  - degradação dos solos
  - poluição da água e solos pelo uso maciço de agrotóxicos
  - impactos graves sobre a flora, em particular, sobre o ecossistema de pradarias
  - impactos graves sobre a fauna e surgimento de pragas que abalam outras produções agropecuárias
  - impactos sobre a paisagem típica uruguaia.

Nós, os/as participantes da reunião, decidimos constituir um movimento nacional, aberto a todas as entidades e a cidadãos e cidadanas que compartilharem nossos objetivos de:

EXIGIR a suspensão imediata de todas as plantações florestais de pinheiros e eucaliptos, exceto aquelas de pequena escala para abrigo, sombra, lenha ou insumos de auto-fornecimento da propriedade rural.

E, simultaneamente exigir,

- Que sejam avaliados de forma séria e completa os impactos sociais, econômicos e ambientais do florestamento com a mais ampla participação de setores da Sociedade Civil, especialmente dos mais prejudicados.
- Que no plano de ordenamento territorial do país não sejam incluídas as monoculturas florestais em função da experiência de seus impactos econômicos, sociais e ambientais, negativos para o país.
- Que seja revista a atual legislação florestal com a mais ampla participação de setores da Sociedade Civil, especialmente dos mais prejudicados.
- Que seja aplicado o artigo 47 da Constituição -que restabeleceu a soberania do país sobre a gestão dos recursos hídricos- em particular ao setor florestal.
- Que seja adotada uma legislação que impeça a concentração da terra nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras.
- Que sejam discutidas as estratégias de desenvolvimento local com a mais ampla participação de setores da Sociedade Civil, especialmente dos mais marginalizados.
- Que sejam adotados instrumentos legais para garantir a permanência e melhora da qualidade de vida das famílias do campo.

Em suma, dizemos:

- Sim à diversidade produtiva e não às monoculturas florestais.
- Sim à distribuição equitativa da terra --terra para quem quiser trabalhar nela-- e não à concentração nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras.
- Sim à defesa e preservação dos recursos naturais e não à exploração destruidora do rico patrimônio do país e a sua entrega a interesses empresariais.
- Sim ao bem- estar de todos os uruguaios em harmonia com a natureza e com a preservação do planeta."

A Iniciativa convoca todas as entidades, cidadãos e cidadanas que compartilharem esta plataforma, a se juntarem e participarem ativamente.

início

---

### **- Tailândia: a ameaçadora catástrofe das plantações de dendê para biodiesel**

O governo tailandês estabeleceu sua política de produção de biodiesel a partir de azeite de dendê como fonte de energia. Atualmente, as áreas de produção de dendê em grande escala do país abrangem cerca de 400.000 hectares, mas desde 2006 tem surgido um discurso que promove a plantação de dendê como uma "fonte de energia renovável", uma "salvação para o país", um "projeto de reflorestamento", uma "zona de proteção contra o vento", e uma "transformação dos arrozais abandonados em terras para dendezeiros".

A fim de concretizar a ambição do governo seria necessária uma produção diária de 8,5 milhões de litros de biodiesel. Isso significa uma expansão de outros 800.000 hectares de plantações de dendezeiros entre 2006 e 2009, completando um total de 1,2 milhão de hectares destinados à palmicultura. Até 2029, as áreas plantadas chegariam a 1,6 milhão de hectares.

Todas as pesquisas têm objetivado o desenvolvimento de técnicas de monocultura a fim de maximizar a produção de dendê, mas o governo tailandês nunca revelou os impactos ambientais de tais cultivos.

---

Preocupa em grande medida o fato de o governo tailandês nunca ter esclarecido que as terras usadas para a plantação de dendê geralmente se deterioram em decorrência da produção com base em monoculturas, já que implica um elevado uso de produtos químicos. A produção de dendê de forma integrada é difícil devido ao grande tamanho das palmeiras e devido a suas fibrosas raízes que se espalham por todas as partes. Cada árvore de aproximadamente três toneladas só permite o crescimento de poucas espécies vegetais em suas plantações. Encontrar um lugar nas plantações é muito difícil para animais que vivem no solo como as minhocas. Eliminar as árvores mortas e suas raízes é uma tarefa complicada e custa muito dinheiro porque implica o uso de uma escavadora para arrancar as raízes ou de produtos químicos para destruí-las.

O governo providenciou financiamentos, matérias primas e outros insumos aos agricultores. Esta promoção ativa originou a rápida expansão das áreas de plantação, especialmente nas florestas de bacias hidrográficas, áreas alagadas, florestas públicas comunitárias e arrozais. Se a expansão das áreas de plantação de dendezeiros for realizada de acordo com o plano do governo, a Tailândia perderia irreversivelmente sua segurança alimentar, suas florestas e sua diversidade biológica. Isso significaria uma catástrofe para o povo tailandês.

Extraído e adaptado de "Ten Million Rai of Oil Palm Plantation: A Catastrophe for the Thai People", por Bandita Yangdee, Project for Ecological Awareness Building (EAB), enviado por Sayamol Kaiyoorawong, e-mail: [noksayamol@yahoo.com](mailto:noksayamol@yahoo.com). O artigo na íntegra está disponível em: <http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/Catastrophe.pdf>

[início](#)

---

### - Nova seção de vídeos do WRM sobre plantações e fábricas de celulose

O site do WRM apresenta uma nova seção de vídeo. Pode ser acessada através da coluna esquerda da página ou diretamente através de <http://www.wrm.org.uy/Videos/index.html>.

Os impactos das plantações de monoculturas de árvores em grande escala que viemos documentando por anos são descritos pelas comunidades locais: desde a destruição florestal causada pelas plantações de dendezeiros na Indonésia até as lutas locais das mulheres de Via Campesina contra as plantações para obter celulose da Aracruz Celulose no Brasil e do povo equatoriano contra as plantações de eucaliptos da Eucapacific; além do desastre ecológico no Chile, decorrente da fábrica de celulose Celco-Arauco; o problema crescente das plantações de árvores na África do Sul; os riscos potenciais da planejada fábrica de celulose finlandesa Botnia no Uruguai.

Os depoimentos têm rostos e vozes; as paisagens que deixam esses "desertos verdes", bem como a determinação dos povos falam por si mesmos.

[início](#)

---

## INVESTIMENTOS DO NORTE NO SUL

### - A indústria sueca das plantações e da celulose planeja trasladar-se ao Sul

No dia 26 de abril, a Real Academia Sueca da Agricultura e o Florestamento organizou, em Estocolmo, o seminário intitulado "Virando as indústrias florestais do Norte para o Sul", com o intuito de discutir a crescente tendência das empresas de celulose e plantações de árvores de investir em países do Sul tais como Brasil, Uruguai e Indonésia.

Infelizmente, os organizadores não permitiram a presença no painel dos representantes dos países do Sul que estavam na Suécia nesse momento. Tratava-se de especialistas em impactos sociais e ambientais das plantações e das fábricas de celulose do Brasil, Indonésia, África do Sul, Swazilândia e Uruguai, bem como de um grupo de

---

estudantes suecos recém chegados de um estudo de campo nas plantações da Veracel e Aracruz no Brasil.

Portanto, o painel estava formado apenas por representantes posicionados a favor da indústria da celulose e das plantações que forneceram uma visão parcial a respeito dos potenciais efeitos do traslado da indústria sueca para o Sul. Diversos painelistas salientaram o “fantástico” desempenho das plantações de eucaliptos no Brasil, que produzem uma quantia de madeira por hectare 10 vezes maior do que as florestas suecas; o que levou um painalista a afirmar, “se quiser ter árvores de rápido crescimento, fale português”. Países como Angola, Brasil, Chile, Moçambique e Uruguai foram classificados como “perspectivas interessantes” para as plantações e fábricas de celulose, além de serem “países de baixo custo”. Foi mencionado que os custos no Brasil eram a metade se comparados com os da Suécia.

Além do acima explicado, o previsto aumento global do consumo de papel e papelão e a disponibilidade de “baixos custos” para os investimentos nos países do Sul, são as causas de a indústria sueca ter decidido trasladar sua base de matéria prima para o Sul (plantações) bem como a produção de celulose.

Enquanto um painalista fazia uns poucos comentários sobre os impactos negativos das plantações de árvores na Indonésia, o vice-diretor da Stora Enso América Latina, Otávio Pontes, apresentava a gestão da Veracel Celulose do Brasil (cuja propriedade é dividida em partes iguais pela Stora Enso e a Aracruz Celulose) como exemplo de gestão sustentável de plantações de árvores.

Infelizmente, o representante do movimento brasileiro Rede Alerta Contra o Deserto Verde foi impedido de opor-se à propaganda do Sr. Pontes com alguns dados recentes da Veracel Celulose:

- a empresa foi multada pelo IBAMA- o organismo federal do meio ambiente- no dia 13 de março de 2007, no valor aproximado de US\$ 200.000 por ter aplicado herbicida em 31.6 hectares de uma área de preservação permanente no município de Eunápolis, o que destruiu a vegetação local e poluiu uma área ainda maior.
- em Ponto Central, município de Santa Cruz de Cabrália, no dia 1º de abril de 2007, a população local bloqueou o caminho a fim de impedir que os ônibus com trabalhadores da Veracel chegassem à fábrica de celulose porque a empresa não aceitou satisfazer as demandas da comunidade local.
- um estudo recente realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia- Cepedes, apontou que desde que a Veracel estabeleceu as plantações de árvores no município de Eunápolis, no início da década de 90, a população rural tem diminuído em 59.3% enquanto a porcentagem nacional no mesmo período evidencia uma diminuição de 28%.
- a declaração do Sr. Pontes de que a Veracel “tem gerado 30.000 empregos” contradiz as cifras da própria empresa que mostram que a Veracel gerou 739 empregos diretos e 3.400 indiretos.
- a “socialmente responsável” Veracel encerrou, em novembro de 2006, em Eunápolis, um projeto de atividades educacionais que atendia cerca de 300 crianças de 7 a 15 anos de idade. Cabe lembrar que no mesmo período- campanha no Brasil para eleger presidente, governadores e parlamentares- a Veracel desembolsou centenas de milhares de dólares para apoiar todos os candidatos, especialmente aqueles que tinham chance de ganhar; entre eles os dois candidatos principais para o governo da Bahia (para um deles, US\$ 100.000 e para o outro, US\$ 50.000).

Desde o público, os participantes do Sul e os estudantes suecos conseguiram propor assuntos e questionar as visões parciais da maioria dos painelistas. Não foi tarefa fácil porque quem presidia o seminário não só tentou evitar que suas vozes fossem ouvidas como também se posicionou claramente a favor das plantações de árvores e das fábricas de celulose no Sul. Em uma de suas intervenções, desafiou as vozes críticas na discussão ao perguntar: “se vocês estão contra as plantações de árvores, como vocês acham que poderemos fornecer livros aos escolares?”, e

acrescentou: "qual é a alternativa que vocês sugerem?". Esclareceram a ele que os habitantes de países como Brasil ou Uruguai consomem 10 vezes menos papel per capita do que a população sueca e que as plantações e fábricas de celulose nesses países não produzirão sequer uma única folha de papel mas exportarão celulose para os países do Norte que consomem papel em excesso. Por exemplo, na Suécia, 46% do consumo de papel está relacionado com envoltórios e embalagens, enquanto 10%, com papel tissue.

Quanto a "alternativas", disseram ao presidente do seminário que a primeira alternativa seria NÃO plantar monoculturas de árvores porque resultam em perda de empregos no nível local e em uma série de outros impactos que pioram a forma de vida das populações locais.

Em poucas palavras, o seminário evidenciou que para a indústria sueca da celulose, o "fantástico" desempenho dos eucaliptos em países do Sul está, acima de tudo, em relação com os altos benefícios que pode obter; o que não "permite" que enxerguem qualquer impacto negativo que puder ameaçar esses enormes lucros.

Por Winnie Overbeek, FASE/ES, e-mail: [winnie.fase@terra.com.br](mailto:winnie.fase@terra.com.br) e Ricardo Carrere, WRM

[início](#)

---

### **- Uruguai: fábrica de pasta da Botnia – "Por que está sendo usado dinheiro público da UE?"**

A Botnia está construindo atualmente a fábrica de pasta mais controversa do mundo em Fray Bentos, no Uruguai. Está fazendo isso com centenas de milhões de dólares de contribuintes canalizados através do Banco Mundial, a agência de créditos às exportações finlandesa e o Banco Nórdico de Investimento. Os lucros obtidos, junto com a pasta, serão exportados.

Em 16 de maio de 2007 se realizou uma reunião no Parlamento Europeu para discutir sobre a fábrica de pasta da Botnia. A reunião "Sustainable pulp production in Latin America or just pulp fiction?" (Produção de pasta sustentável na América Latina ou somente ficção barata?) foi organizada pela Heinrich Boell Foundation e a Greens/European Free Alliance. Houve apresentações de ONG europeias e latino-americanas, acadêmicos, políticos e um representante da Botnia. A Corporação Financeira Internacional, que está financiando a fábrica de pasta, foi convidada, mas recusou-se a ir à reunião.

"A Botnia sempre tem pedido o diálogo" disse Kaisu Annala, Vice-presidente de Meio Ambiente na Botnia. De acordo com Annala, as ONG recusaram-se a participar em qualquer diálogo. "Esperamos que depois desta reunião possamos ter mais diálogo, conforme estamos acostumados aqui na Europa" disse ela.

Sua apresentação focalizou-se exclusivamente nos presumíveis benefícios da fábrica de pasta. A madeira para a fábrica de pasta provirá de plantações certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal. "Atividade Florestal Sustentável" disse ela. Ela não mencionou os córregos que se secaram, já que as monoculturas de eucaliptos têm absorvido todas as gotas de água disponíveis no solo. Ela não mencionou os povoadores rurais que ficaram sem água em seus poços.

A fábrica de pasta trará emprego, disse Annala. Mas ela cuidou-se de não dizer quantos desses empregos eram de tempo integral e quantos eram sazonais. Ela não mencionou os empregos perdidos de criadores de vacas e ovelhas, que ficaram sem terras de pastagem por causa das monoculturas de eucaliptos. Ela não mencionou os produtores de melancia e amendoim que já não têm suficiente água para seus cultivos. Ela também não mencionou os empregos na indústria turística que se perderão quando a fábrica de pasta começa a operar.

As apresentações que se seguiram sim consideraram os problemas causados pelo projeto de pasta. O Professor Marcelo Conti da Universidade de Roma falou que os estudos levados a cabo na fábrica de pasta da Botnia não focalizam os riscos. Os dados são inadequados e a análise é otimista demais, disse ele.

---

"Os estudos produzidos para a companhia e o Banco Mundial visualizam a produção de pasta e as plantações de árvores industriais e abastecem a fábrica de pasta como duas coisas independentes. E não são independentes" disse Monica Vargas da Debtwatch.

Marcel Achkar da REDES (Amigos da Terra Uruguai) falou dos problemas criados pelas plantações. Elas destroem as pradarias. Causam a diminuição dos cursos de água. Elas têm impactos sobre os solos. Ele mostrou eslaides dos cortes rentes quando as plantações são derrubadas. "Qual é o objetivo desse uso da terra?" perguntou ele. "A terra era antigamente terra de produção de alimentos agrícolas altamente produtiva."

"O que precisamos é um plano de desenvolvimento limpo" disse Paula Brufman da Greenpeace Argentina em sua apresentação. Ela visualizou os padrões globais da demanda de pasta e apontou que para satisfazer a demanda atual prevista da indústria precisaríamos duas fábricas do tamanho da Botnia cada ano.

Pekka Haavisto, um Membro finlandês do Parlamento falou da necessidade de aplicar padrões ambientais. "Como finlandeses deveríamos assegurar que as companhias europeias estão cumprindo com as melhores tecnologias disponíveis" disse ele. A idéia de desenvolver e aplicar padrões foi impugnada pouco depois por Klemens Laschesfki da Universidade de Minas Gerais do Brasil. "Podemos aplicar padrões e continuar, ou podemos considerar assuntos de justiça ambiental" disse ele. "Com padrões estamos considerando um processo industrial, em vez de a estrutura da indústria." Ele descreveu seu trabalho com pessoas atingidas por projetos similares ao da fábrica de pasta da Botnia. Ele trabalha com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que está questionando este modelo inteiro de desenvolvimento.

A pergunta do título deste artigo "Por que está sendo usado dinheiro público da UE?" veio de Marcel Achkar da Amigos da Terra Uruguai. Minha apresentação considerou as centenas de milhões de dólares que a Botnia está recebendo do governo da Finlândia e do Banco Mundial. A finlandesa ECA Finnvera está fornecendo um total de USD 230 milhões como uma garantia de crédito de comprador para a Andritz Oy, uma firma baseada na Finlândia. "As operações da Finnvera ajudam a aumentar o emprego e a desenvolver as empresas finlandesas," explica o site na web da Finnvera.

A UE acolheu positivamente a decisão do Banco Mundial em dezembro de 2006 de apoiar a fábrica de pasta da Botnia. "Aplaudo a decisão" disse Peter Mandelson, Comissionado de Comércio da UE. E essa é a resposta à pergunta. O dinheiro público da UE vai para a Botnia porque beneficia à indústria europeia.

Por Chris Lang. Minha apresentação na reunião em Bruxelas está disponível aqui:  
<http://chrislang.org/2007/05/24/subsidies-and-the-botnia-pulp-mill/>

[início](#)

---

## COMÉRCIO DE CARBONO

### **- Programas de comércio de emissões promovidos pelo G8 adiam ação climática genuína e geram grandes lucros para os maiores poluidores**

A hegemonia do G8 em fóruns internacionais como por exemplo, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática significa que a política climática global tem sido escolhida por sua compatibilidade com o sistema econômico existente em vez de por sua eficácia na redução das emissões.

O comércio do carbono é central neste enfoque. Transforma a capacidade do ciclo do carbono da terra em bem a ser comprado ou vendido no mercado global. Este uso das forças do mercado para enfrentar os problemas

ambientais adota duas formas. Em primeiro lugar, os governos alocam licenças a grandes poluidores industriais que depois comercializam esses 'direitos de poluição'. Em segundo lugar, os créditos de carbono excedentes são gerados de projetos de compensação de carbono que alegam reduzir ou evitar emissões em outros lugares, geralmente em países do sul. Esses créditos podem ser comprados para complementar qualquer deficiência nas licenças. De acordo com o Protocolo de Kyoto, esses projetos de compensação são levados a cabo no sul através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, por sua sigla em inglês) ou nos países do norte através da Implementação Conjunta (JI, por sua sigla em inglês).

O mercado está crescendo enormemente. Um relatório do Banco Mundial o avaliou em USD 21,5 bilhões para os três primeiros trimestres de 2006, 94 por cento mais que seu valor de USD 11,1 bilhões em 2005.

Depois de Gleneagles

Apesar da badalação, a cúpula do G8 de 2005 na Escócia fez pouco no sentido de uma ação concreta para lidar com a mudança climática. O comunicado final adotou resoluções frouxas para 'promover' melhores práticas sobre mudança climática, sem fazer qualquer referência à redução da taxa de extração e consumo de combustíveis fósseis. Blair foi muito louvado, no entanto, por reunir os chefes de estado do Brasil, da China, da Índia, do México e da África do Sul na mesa de negociações, e foi com esses países que o Diálogo sobre o Clima do G8 +5 foi lançado. O diálogo reúne legisladores sênior com líderes comerciais internacionais, representantes da sociedade civil e líderes de opinião para discutir um acordo sobre mudança climática pós 2012, com o fim de chegar a uma declaração de consenso na cúpula do G8 no Japão em 2008.

O diálogo esteve muito inclinado para os programas de comércio como a melhor forma de lidar com a mudança climática, com um de seus quatro grupos de trabalho dedicados especificamente ao desenvolvimento de mecanismos de mercado. Além disso, a cúpula do G8 + 5 tem outorgado um mandato ao Banco Mundial para facilitar a criação de um quadro para o manejo da mudança climática, a energia limpa e o desenvolvimento sustentável. Isso é apesar do fato de que o Banco Mundial faz parte do problema climático em vez de da solução: desde que a Convenção sobre Mudança Climática foi assinada na Cúpula do Rio em 1992, o Bank Information Centre (Centro de Informação de Bancos) calcula que o Banco Mundial tem financiado sozinho mais de USD 25 bilhões em projetos baseados em combustível fóssil.

Em resposta ao mandato do G8, o Banco Mundial fez um relatório chamado Clean Energy and Development Towards an Investment Framework (Energia Limpa e Desenvolvimento; Em direção a um Quadro de Investimento) cuja versão atualizada foi apresentada na reunião do G8 +5 no México em outubro de 2006. O relatório promovia o comércio do carbono como o principal meio de financiamento do desenvolvimento de tecnologia limpa.

A promoção pelo banco do comércio de emissões através do G8 +5 cria um claro conflito de interesses porque ele é também o maior corretor público das compras de carbono, com mais de USD 1 bilhão em seu portfólio de créditos de carbono. Gera grandes receitas para si, através da recepção de uma comissão percentual sobre todos os créditos de carbono que compra para administrar através de seu Fundo Piloto do Carbono. Através de sua influência em processos políticos como o G8 +5, tem feito lobby ativamente para fazer do CDM uma proposta mais atrativa para os investidores e menos eficaz em termos de redução real de emissões.

O G8 +5 se reuniu de novo em fevereiro de 2007 em Washington, em uma reunião liderada por cinco senadores dos EUA que têm introduzido um projeto de lei do congresso que permitiria que companhias dos EUA certificassem reduções de emissões que podem ser comercializadas no mercado internacional para outras nações. Os oradores programáticos incluíram a Chanceler da Alemanha Angela Merkel, bem como Nicholas Stern, cuja influente Revisão Stern sobre mudança climática tem sido promovida como o fundamento econômico para o mercado de carbono global, e Paul Wolfowitz, presidente do Banco Mundial.

---

Não fica claro ainda que objetivos há para lidar com a mudança climática na cúpula do G8 de 2007 na Alemanha, mas a maioria dos governos, a indústria e as Instituições Financeiras Internacionais têm muita vontade de ver colocada a base para um quadro de comércio de emissões internacionais que se estenda além do período de compromisso de Kyoto de 2012, que incluirá os outros gases de efeito estufa e outros setores que produzem emissões, como a indústria das linhas aéreas.

O comércio do carbono não vai funcionar

O G8 e os ambientalistas de livre mercado têm estado na vanguarda na defesa de uma narrativa rosa de cenários 'de ganho mútuo' onde a busca para maximizar os lucros corporativos podem ir de mãos dadas com a abordagem da crise climática. Mas isso é em grande medida um ato de fé, já que não há evidência de que a mudança climática possa ser enfrentada enquanto se mantém um padrão de crescimento econômico baseado na sempre crescente extração e consumo de combustíveis fósseis.

O comércio do carbono incentiva às indústrias mais dependentes do carvão, do petróleo e do gás para que demorem a conversão dos combustíveis fósseis. Há pouco incentivo para custosos planos de mudança estrutural de longo prazo se for possível sobreviver no curto prazo comprando licenças baratas de operações que podem reduzir suas emissões. No entanto, para os países do G8 que procuram demonstrar seu compromisso com a ação climática, esses problemas inerentes do comércio de emissões são varridos em favor de um sistema que sustenta o domínio econômico das nações industrializadas mais poderosas.

As nações do G8 e o comércio das emissões

França, Alemanha, Itália e o Reino Unido

Desde o começo de 2005, a França, a Alemanha, a Itália e o Reino Unido têm estado participando no European Union Emissions Trading Scheme (EU-ETS, por sua sigla em inglês) (Regime de Comércio de Emissões da União Européia), o maior experimento até agora em comércio de carbono e o precursor do mercado global que começará em 2008. O EU-ETS está baseado na 'limitação e comercialização'. O volume de poluição de carbono permissível se divide entre locais industriais (chamados 'instalações' no programa) em toda Europa –essa é a parte de 'limitação'. Se qualquer instalação for além de seu limite, deve comprar o montante equivalente de licenças no mercado, e de outro lado, se uma instalação estiver por baixo de seu limite, pode vender sua diferença no mercado –essa é a parte da 'comercialização'.

A primeira fase do Programa tem sido um desastre. De acordo com o lobby empresarial contínuo, quase todos os governos da UE fizeram grandes alocações em excesso de licenças para a indústria na primeira fase. Em 2005, o primeiro ano de comércio, as indústrias pertinentes na Europa emitiram 66 milhões de toneladas, menos que o limite que tinha sido alocado. Isso significou que o limite foi efetivamente inútil já que não tinha forçado quaisquer reduções líquidas de emissões. Uma análise preliminar dos dados de 2006 mostra que 93 por cento das 10.000 instalações cobertas pelo ETS emitiram menos que sua quota alocada.

Essas alocações em excesso têm resultado em ganhos inesperados para os maiores poluidores que, exagerando com sucesso sua necessidade de concessões de emissões, receberam enormes números de licenças que poderiam então vender para obterem lucros. As companhias também obteriam dinheiro transferindo os 'custos do mercado' nominais dessas licenças livres para os consumidores. O Ministro do Meio Ambiente da Alemanha tem alegado que os quatro maiores produtores de energia da Europa –a Eon, a RWE, a Vattenfall e a EnBW- têm obtido benefícios disso por €6 bilhões e €8 bilhões.

Com o começo da segunda fase do EU-ETS previsto para 2008, a evidência sugere que não se aprenderam lições. Um documento de trabalho emitido em novembro de 2006 por pesquisadores alemães disse que dos 25 Planos de Alocação Nacional da segunda fase apresentados para aprovação da UE, 18 eram generosos demais e muitos dos

novos limites foram fixados por cima dos níveis de emissão de 2005.

### Japão

Como o país mais eficiente do ponto de vista energético do mundo industrializado, o Japão está lutando para cumprir seu compromisso de Kyoto para menos de 6 por cento dos níveis de 1990 (atualmente 8 por cento por cima do nível de 1990). Em consequência o Japão está muito comprometido a usar o comércio de emissões para compensar a deficiência. O governo japonês reservou 5,4 bilhões de ienes (USD 45,9 milhões) em seu orçamento de 2006 para comprar créditos de carbono do exterior, e têm aprovado aproximadamente 41 projetos, principalmente CDM em países como a Malásia, a Índia, a Coreia do Sul, a Indonésia, a China e o Vietnã, com números ainda maiores desses projetos na bica. Além disso, o Japão é um dos maiores investidores no Fundo Piloto do Carbono do Banco Mundial, sendo oito dos 17 investidores empresariais corporações japonesas, bem como o próprio Banco do Japão para Cooperação Internacional do governo.

### Canadá

O governo conservador do Canadá tem estado mostrando seu descontentamento sobre seu compromisso de Kyoto de reduzir suas emissões para 6 por cento por baixo dos níveis de 1990. A Ministra de Meio Ambiente Rona Ambrose, e têm dito que esse objetivo é "impossível" que o programa de comércio da UE é um fracasso, e que o CDM é pouco mais que uma receita para a corrupção e uma perda de dinheiro. A administração não tem entregado os fundos prometidos para a Diretoria Executiva do CDM, o órgão internacional que supervisa e aprova os projetos CDM e os fundos providenciados para o escritório canadense de administração de programas de CDM e JI são quase irrelevantes.

### Rússia

O colapso da economia da Rússia durante a década de 90 tem visto uma queda nas emissões chegando em determinado momento a 40 por cento por baixo dos níveis de 1990. Isso tem resultado em que a Rússia tenha um grande estoque de créditos do carbono excedentes que poderá vender a outros países quando o mercado das emissões se abra para sua comercialização em 2008 –mas esses níveis têm sido atingidos por circunstâncias externas em vez de por ter o país implementado qualquer tipo de eficiência energética ou medidas de energia renovável, um exemplo da forma na que o comércio das emissões pode ser lucrativamente explorado sem qualquer ação sustentável para lidar com a mudança climática. Não surpreende que a Rússia se tenha mostrado entusiasta a respeito de suas oportunidades para beneficiar-se com o comércio de emissões, com uma estimativa do Banco Mundial que sugere que poderia beneficiar-se com USD 11 bilhões sob o Protocolo de Kyoto.

### EUA

George Bush se recusou celebrenemente a ratificar o Protocolo de Kyoto em 2001, e portanto os EUA não estão participando no comércio de emissões para satisfazer quaisquer objetivos de cumprimento nacional em nível nacional. No entanto, várias iniciativas particulares, incluindo a Chicago Climate Exchange (Bolsa do Clima de Chicago) estão comerciando créditos de compensação. Com a recente tomada de controle democrata do Congresso, a atitude dos EUA a respeito do comércio de emissões parece prestes a mudar. Dez corporações dos EUA, incluindo a DuPont e a General Electric se uniram a grupos ecológicos para formar a US Climate Action Partnership (Associação de Ação Climática dos EUA) para incitar Bush e o Congresso a criar um mercado de carbono para os EUA. No Fórum Econômico Mundial em Davos, Executivos Chefes de companhias de energia e industriais da Europa e dos EUA disseram que os EUA precisam liderar o caminho no estabelecimento de um regime de comércio de emissões de carbono global.

Por Kevin Smith, e-mail: [kevin@carbontradewatch.org](mailto:kevin@carbontradewatch.org), enviado pelo autor.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrn@wrn.org.uy](mailto:wrn@wrn.org.uy)  
<http://www.wrn.org.uy>

